



**FACULDADES MAGSUL**

**IRACI ADRIANA DE OLIVEIRA**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO SOBRE O  
PERFIL DO PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
PONTA PORÃ - 2012**

**PONTA PORÃ**

**2012**

IRACI ADRIANA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO SOBRE O  
PERFIL DO PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
PONTA PORÃ/2012

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado a  
Faculdades Magsul, como parte dos requisitos para obtenção  
do título de Licenciatura de Pedagogia.

Orientador: Profª Ma. Elizete Cardoso.

PONTA PORÃ

2012

IRACI ADRIANA DE OLIVEIRA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO SOBRE O  
PERFIL DO PROFESSOR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE  
PONTA PORÃ/2012

**Data de aprovação:** 14/ 12/ 2012

**Local:** Faculdades Magsul

**Banca Examinadora:**

**Orientador (a):** \_\_\_\_\_

**Ma. Professora Faculdades Magsul Elizete Cardoso**

**Membro:** \_\_\_\_\_

**Ma. Professora Faculdades Magsul Mirta Mabel Torraca**

**Membro:** \_\_\_\_\_

**Mnda. Professora Faculdades Magsul Emne Mourad Boufler**

PONTA PORÃ

2012

## **RESUMO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem o objetivo geral de realizar um estudo para analisar o perfil dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atuam na rede municipal de ensino de Ponta Porã. A pergunta norteadora que instigou a pesquisa é: Qual o perfil dos professores que atuam na EJA? Diante do objetivo e problema formulado, os objetivos específicos irão tratar de: 1. Realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema; 2. Apresentar os referenciais teóricos que fundamentam a EJA no Brasil; 3. Conhecer o perfil dos professores da EJA na rede municipal de ensino de Ponta Porã. A coleta de dados será dividida em três etapas: análise de documentos, observação, entrevistas com professores que atuam na EJA, nas duas escolas municipais que oferecem a modalidade. 4. Analisar a formação e qualificação dos professores atuantes na EJA; 5. Apresentar e discutir os resultados obtidos na pesquisa.

**Palavras-chave:** Educação Municipal, EJA, professor, perfil.

## **ABSTRACT**

This Working End of Course (CBT) has the overall objective to conduct a study to analyze the profile of teachers of Youth and Adults (EJA) working in municipal schools in Ponta Pora. The guiding question is who instigated the research: Teachers have specific qualifications to work in adult education? In the face of goal and problem formulated, will address the specific objectives of: 1. Realizar a literature review on the topic 2. Presenting the theoretical frameworks that underlie the EJA in Brazil 3. Knowing the profile of teachers of adult education in the municipal school in Ponta Pora, through data collection, which will be divided into three steps; analysis of documents, observation, interviews with teachers working in adult education in two public schools that offer mode. 4th. Analyze the training and qualification of the teachers working in adult education; 5. Present and discuss the results obtained in the research.

Keywords: Continuing .Municipal. EJA. Professor. Qualification

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela benção.

Ao meu filho, por existir.

A minha mãe Juraci de Oliveira, pelas orações, e por sempre que preciso ter a palavra que me conforta e me dá forças para seguir.

Ao meu marido Ronaldo Meireles, pela paciência e pela presença na minha vida.

Aos meus familiares que são o motivo por eu estar aqui.

Aos meus queridos sogros Ramona Meireles e Fermim Valensuela e a minha cunhada Lídia Cristiane, vocês são minha segunda família, obrigada por tudo.

A todos os meus professores do curso de pedagogia oferecido pelas faculdades Magsul, por me encorajar sempre que precisei em especial a minha orientadora prof<sup>a</sup> Ma. Elizete Cardoso que me apoiou e confiou em mim, obrigada por acreditar.

*Se a educação sozinha não  
pode transformar a sociedade,  
tampouco,  
sem ela, a sociedade muda.*  
**Paulo Freire.**

## LISTA DE SIGLAS

**EJA-** Educação de Jovens e Adultos

**FUNDEF-** Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

**LDB-** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**MOBRAL-** Movimento Brasileiro de Alfabetização

**PEI-** Programa de Educação Integrada

**TCC-** Trabalho de Conclusão de Curso

**FUNDEF** – Fundo Nacional de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental

**MEC** – Ministério de Educação

**PNE-** Plano Nacional de Educação

**BPC-** Programa de Prestação Continuada

**PPP** - Projeto Político Pedagógico

**PDE** - Plano de Desenvolvimento da Escola

**PDDE** - Programa Direito dentro da Escola

**APM** - Associação de Pais e Mestres

**PCN** - Parâmetros Curriculares Nacionais

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01:</b> Escolaridade dos docentes que atuam na EJA - Brasil – 2010.....	36
<b>TABELA 02:</b> Demonstrativo dos tipos de dependência e quantidade da Escola Polo Municipal Ramiro Noronha – 2012.....	39
<b>TABELA 03:</b> Dados da EJA na escola, salas da EJA, fases da EJA, formação dos professores e alunos em cada fase. Ponta Porã/MS- 2012.....	41
<b>TABELA 04:</b> Dados da EJA na escola, salas da EJA, fases da EJA, formação dos professores, alunos total. ....	48
<b>TABELA 05:</b> Número e formação dos professores que atuaram na EJA - 2005 a 2012 – Rede municipal de ensino de Ponta Porã.....	51
<b>TABELA 06:</b> Escolas da rede municipal que ofertavam a EJA entre os anos de 2008 a 2012.....	51
<b>TABELA 07:</b> Escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos, por nível de ensino – Ponta Porã/MS/2012.....	52
<b>TABELA 08:</b> Número de Turmas de Educação de Jovens e Adultos, por nível de ensino – Ponta Porã/MS/2012.....	52
<b>TABELA 09:</b> Número de Professores que atuam na EJA – 2008 á 2012 – rede municipal de ensino Ponta Porã/MS.....	53
<b>TABELA 10:</b> Número de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, conforme formação – Ponta Porã/MS/2012.....	54

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PERCURSO E ASPECTOS LEGAIS DA EJA NO BRASIL</b> .....	13
1.1 A parte legal e os recursos para a EJA com a nova Legislação. ....	15
1.2 O novo PNE e as metas para a EJA .....	20
1.3 Realidades e desafios para a EJA .....	22
<b>2 ASPECTOS DO PERFIL DOS PROFESSORES DA EJA DO BRASIL</b> .....	24
2.1. Tendência libertadora e a formação do educador de adultos.....	26
2.2 Quem é o educador de adultos? Quem educa esse educador? .....	31
2.3 A EJA como modalidade específica da educação escolar.....	32
2.4 O desafio para a formação continuada.....	34
2.5 A formação dos docentes da EJA e as metas do PNE.....	36
<b>3 PERFIL DOS PROFESSORES DA EJA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO</b> .....	39
3.1 Conhecendo as escolas pesquisadas.....	39
3.1.1 Escola Polo Municipal Ramiro Noronha.....	39
3.1.2 Organização da EJA na escola.....	40
3.2. Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Mattos.....	48
3.3 Dados da EJA na rede municipal de ensino de Ponta Porã.....	49
3.4 O caminho percorrido na pesquisa.....	54
3.5. Análise das entrevistas com os professores, coordenadores e alunos da EJA.....	56
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64
<b>ANEXOS</b> .....	66

## INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem o objetivo geral de realizar um estudo para analisar o perfil dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atuam na rede municipal de ensino de Ponta Porã. A pergunta norteadora que instigou a pesquisa é: Qual o perfil dos professores da EJA na rede municipal de ensino? Diante do objetivo e problema formulado, os objetivos específicos irão tratar de: 1. Realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema; 2. Apresentar os referenciais teóricos que fundamentam a EJA no Brasil; 3. Conhecer o perfil dos professores da EJA da rede municipal de ensino de Ponta Porã; 4. Analisar a formação e qualificação dos professores atuantes na EJA; 5. Apresentar e discutir os resultados obtidos na pesquisa.

O caminho percorrido no estudo teve como base a pesquisa qualitativa, que segundo Lüdke e André (1986):

Tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo. (LÜDKE; MENGA, 1986, p. 11).

Para o estudo em questão, é necessário que o pesquisador esteja diretamente ligado ao ambiente de estudo, para buscar todas as respostas das hipóteses levantadas, para isso, o pesquisador entra em contato com o objeto de estudo. Assim, é importante realizar a pesquisa de campo que segundo Lüdke e Menga (1986, p.18) “é o processo de descoberta do pesquisador, que ficará preocupado em descobrir hipóteses importantes para a sua pesquisa que ao se findar dará respostas para todas as dúvidas”. O estudo de caso deve relatar o fato presente em uma determinada situação ou problema, deve haver um planejamento cuidadoso e uma preparação do pesquisador. No caso deste estudo procedeu-se no caminho metodológico a pesquisa bibliográfica, a aplicação de entrevistas, questionários, análises de documentos, consultas a documentos e leis para saber e compreender o que norteia essa modalidade. A pesquisa foi desenvolvida na escola Polo Municipal Ramiro Noronha.

A escolha do tema sobre o perfil do professor da EJA, na rede municipal de ensino, tem como justificativa a participação nos estágios supervisionados realizados durante a formação no curso de Pedagogia das Faculdades Magsul no período de 2009 a 2012, e a partir das matérias como Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos, Língua Portuguesa para Crianças Jovens e Adultos e Psicologia da EJA, quando a pesquisadora iniciou seus questionamentos sobre quem era o professor da EJA? E, passou a se interessar pelo assunto surgindo à curiosidade de sanar essa questão, por essa razão, o trabalho de Conclusão de Curso sobre essa temática.

A questão de dúvida que norteou esta pesquisa é saber: Qual o perfil do professor da EJA na rede municipal de ensino? Para tanto, buscou-se conhecer sobre a formação do professor da EJA, se ele está preparado para atuar nessa área, e se o professor recebe formação continuada. Segundo Pinto (1909, p. 107) essa formação do educador da EJA, é uma das mais importantes, ela deve estar em todas as licenciaturas de ensinos superiores, se não queremos cair nas ingenuidades habituais, para assim formar cidadãos críticos, capazes de questionar o mundo em que vive e não apenas ficar um agente passivo da sua própria história.

## 1 PERCURSO E ASPECTOS LEGAIS DA EJA NO BRASIL

*Acreditamos poder respeitar a lógica até o fim e fazer da leitura e da escrita instrumentos, como é o seu papel na vida real. Ovide Decroly, (1935, p. 16)*

Esta seção apresenta breve percurso histórico e alguns dos aspectos legais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Essa modalidade de ensino viveu uma grande caminhada até os dias atuais. Segundo Aranha (2006, p.13), desde o período colonial já existia uma forma de educação destinada aos adultos, que na época colonizadora era realizada por padres jesuítas, que catequizavam filhos de índios, filhos dos colonos, assim como a formação de novos sacerdotes da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra. Os jesuítas passavam uma formação rigorosa através do *Ration Studiorum*<sup>1</sup>, que era um método de ensino aprofundado sobre os ensinamentos da fé, da família, ter obediência e caridade, não ensinar nada que saísse do padrão introduzido por eles, não seguir outras matérias que fugissem da doutrina católica, sempre decorar os estudos para assim exercitarem a memória e entender melhor as dificuldades ocorrentes.

Os padres jesuítas, ainda de acordo com Aranha (2006), sofreram para introduzir os ensinamentos, pois houve necessidade de adaptação, devido às diferenças de culturas presentes, de um lado indígenas de língua e costumes diferentes, e de outro os colonizadores portugueses, que vieram para o Brasil com mulheres e filhos, com hábitos criticados pelos jesuítas.

Os jesuítas, de acordo com Aranha (2006, p. 15), muito fizeram pela educação, construindo escolas, para ensinar a ler e escrever e deram início ao processo de criação dos estudos elementares, secundários e superiores. Assim através dos seminários e das missões espalhadas pelo Brasil até 1759 contribuíram para a história da educação no Brasil. Após essa data os jesuítas foram expulsos do país, somente no período do Império ouve-se falar de educação para adultos.

---

<sup>1</sup> *Ration Studiorum* é o método de ensino utilizado pelos Jesuítas. (ARANHA, 2009 p. 16),

A primeira Constituição Brasileira de 1824, conforme Haddad e Di Pierro (2009, p. 19) expressou: “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, portanto também para adultos, mas pouco efeito prático houve dessa expressão. Essas ideias foram impulsionadas para as Constituições seguintes. Contudo, para a autora, apenas na década de 1940, que a EJA foi vista como um problema nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE), de responsabilidade da União, prevista pela Constituição de 1934, deveria prever um ensino somente para os alunos, e incluir normas de frequência obrigatória, era a primeira vez que a educação de jovens e adultos era vista com outros olhos e reconhecida com um tratamento particular. Porém, a EJA não conseguiu efetivar com segurança as mudanças, pois no período militar as ideias e os avanços foram interrompidos, seus dirigentes presos e os materiais apreendidos, em razão dos programas de educação serem contraditórios aos interesses e vontades do golpe militar. Mesmo assim, algumas práticas de educação foram executadas de forma escondida e de modo disperso, no âmbito da sociedade civil.

Ao passar do tempo, segundo Haddad e Di Pierro (2009), as iniciativas de cunho militar, deram respostas à educação de adultos com a implantação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), em 1967, e com a implementação do Ensino Supletivo, em 1971, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional 5.692/71, que reformulou as Diretrizes de ensino de 1º e 2º graus (denominação usada na época).

O desenvolvimento do MOBRAL tinha como finalidade dar oportunidade para os marginalizados do sistema escolar e atender aos objetivos políticos do governo militar. Foi dividido em dois programas: O Programa de Alfabetização, implantado em 1970, e o Programa de Educação Integrada (PEI), correspondente a uma versão compactada do curso de 1º a 4º série do antigo primário.

O primeiro governo civil pós-1964, marcou simbolicamente a ruptura com a política de educação de jovens e adultos, com a extinção do MOBRAL, na Nova República, ele foi visto como um modelo de baixa qualidade de ensino, e então foi criado em 1985 pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Fundação Educar). Essa nova modalidade herdou do MOBRAL funcionários, estruturas burocráticas, concepções e práticas políticas pedagógicas, seguiu os

modelos sugeridos pela Comissão que em 1986 formulou diretrizes político-pedagógico. Segundo Haddad e Di Pierro:

O objetivo era induzir que as atividades diretas da Fundação fossem progressivamente absorvidas pelos sistemas de ensino supletivos estaduais e municipais. Assim, as Comissões Municipais do MOBREAL foram dissolvidas e as prefeituras municipais, herdeiras das suas atividades de ensino, passaram a constituir os principais parceiros conveniados a Fundação, ao lado de empresas e organizações civis de natureza variada. (HADDAD, Sergio e DI PIERRO, Maria Clara, 2009, p. 29).

Muitas pessoas acreditavam na Fundação Educar, que com a sua progressividade, seria possível diminuir o analfabetismo que era muito grande no Brasil, por ser vista como a continuidade do MOBREAL, muitas empresas e organizações passaram a constituir os principais parceiros da Fundação.

Já na Constituição de 1988, o artigo 208, garantiu para a EJA direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente de idade, além disso, estabeleceu um prazo de dez anos os quais os governos e a sociedade civil deveriam concentrar esforços para a erradicação do analfabetismo e a universalização do ensino fundamental, objetivos aos quais deveriam ser dedicados 50% dos recursos vinculados à educação dos recursos vinculados a educação dos três níveis de governo, para que pudesse vir a ocorrer uma expansão e melhoria do atendimento público na escolarização de jovens e adultos.

Com o passar dos anos, em 1990 com o início do governo de Collor de Mello, houve a extinção de a Fundação Educar. A organização do MOBREAL e da Fundação Educar, ficaram surpresas com a decisão do governo, e tiveram que arcar sozinhos com as responsabilidades mantidas por convênios com a Fundação. Com o impeachment do presidente Collor, muitas promessas foram feitas, como o Plano Decenal, que fixou metas de promover oportunidades de acesso a 3,7 milhões de analfabetos e 4,6 milhões de jovens e adultos pouco escolarizados.

### **1.1 A parte legal e os recursos para a EJA com a nova legislação**

Em 1988 com a nova Constituição Federal, segundo Fernandes (2009, p.71) estabelece os direitos civis, políticos e sociais, conforme constam nesse documento, “esses direitos exige permanente mobilização da sociedade, pois, é dela que se

originam as necessidades sociais”, ela também dispõe da educação e sobre como coloca-lá em prática, porém nela constam direitos garantias e deveres.

A educação brasileira, conforme descrito na Constituição Federal, em seu artigo 205, visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, sua qualificação e preparo para atuar na sociedade, que assim expressa:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Observa-se que o artigo 205 assegura o direito de todos à educação compreendendo-se esse direito também na modalidade da EJA, bem como o exercício da cidadania e preparo para o trabalho. Assim, é preciso que se estabeleçam políticas para prover esse atendimento. No artigo 206 são estabelecidos os princípios que devem ser observados para atingir essas metas.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:  
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;  
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;  
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;  
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;  
V - valorização dos profissionais do ensino [...]  
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;  
VII - garantia de padrão de qualidade.

Verifica-se que todos esses princípios para serem efetivados na prática escolar dependem de recursos, instrumentos, políticas educacionais que favoreçam a educação também dos jovens e adultos que buscam a escola.

Em 1994, foi eleito para Presidência da República, reeleito em 1998, o governo de Fernando Henrique Cardoso que colocou de lado o Plano Decenal e priorizou a implementação de uma reforma política - institucional da educação pública que compreendeu diversas medidas, dentre as quais a aprovação e promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96.

De acordo com Di Pierro e Haddad (2009, p.30), a nova LDB 9.394/96, aprovada pelo Congresso em fins de 1996, dedicou dois artigos a EJA, reafirmando o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado as suas condições peculiares de estudo e o dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de recursos e exames supletivos. O primeiro artigo é o de número 37, assim prescrito:

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos em idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. (LDB, 9394/96)

Dessa forma, a LDB, busca garantir para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma maneira para que todos os indivíduos possam estar dando continuidade aos estudos, como forma de recuperar o tempo que não frequentou a escola. Com isso, os sistemas de ensino devem favorecer as oportunidades, verificando as necessidades e situação peculiar do jovem e adulto que também precisa conciliar trabalho e estudo. A LDB orienta que as ações para esse atendimento devem partir de políticas integradas com as diversas instâncias governamentais. Por outro lado, o mundo cada vez mais globalizado, exige cada vez mais a necessidade de se formar para desenvolver habilidades, confirmar competências adquiridas na educação e na própria vida.

Já o artigo 38 da LDB, prescreve que:

**Artigo 38.** Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos:

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (LDB, 9394/96).

Dessa maneira, o trabalhador que não ingressou na escola na idade correta, poderão ingressar para terminar os estudos, pois os sistemas de ensino deverão oferecer cursos e exames supletivos, que serão reconhecidos também os conhecimentos informais, fato que possibilita a certificação dos alunos mediante exames eliminatórios. Outro aspecto é a questão da idade que foi alterada para ingresso no Ensino Fundamental que passou a ser de quinze anos e o Ensino Médio para maiores de dezoito anos.

O capítulo dedicado à EJA no Plano Nacional de Educação (PNE), conforme Di Pierro, aprovado pelo Congresso na forma da Lei n. 10.172/2001 teceu um diagnóstico que reconheceu a extensão do analfabetismo absoluto e funcional e sua desigual distribuição entre as zonas rural e urbana, as regiões brasileiras, os grupos de idade, sexo e etnia. O Plano admitia ser insuficiente apostar na dinâmica demográfica e atuar apenas junto às novas gerações, propondo que as ações de escolarização atingissem também os adultos e idosos.

Nas diretrizes, o PNE aderiu à concepção de educação continuada ao longo da vida, segundo a autora, mas priorizou a atenção ao direito público subjetivo dos jovens e adultos ao ensino fundamental público e gratuito. O capítulo sobre EJA enunciou 26 metas, dentre as quais se destacavam cinco objetivos: 1) alfabetizar, em cinco anos, dez milhões de pessoas, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década; 2) assegurar, em cinco anos, a oferta do primeiro ciclo do ensino fundamental a metade da população jovem e adulta que não tenha atingido esse nível de escolaridade; 3) oferecer, até o final da década, cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as séries iniciais; 4) dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio; 5) implantar ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais e estabelecimentos que atendem a adolescentes infratores.

Para cumprir essas metas, previa-se cooperação entre as três esferas de governo e a sociedade civil organizada, e o incremento de recursos financeiros, mas, no capítulo sobre financiamento, prevaleceu a proposta do executivo federal de emprego prioritário na EJA dos recursos destinados ao ensino fundamental que não

integravam nessa época o Fundo Nacional de Manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental (FUNDEF).

A Constituição Federal determina, conforme Fernandes (2009, p.72), como um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (PNE), para que ele viabilizasse a articulação e o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades, (art.214 I) por meio de ações do Poder Público, nas esferas federal, estadual e municipal. Dentre essas ações destaca-se, em relação à EJA, a urgência da erradicação do analfabetismo. O artigo 14, assim prescreve:

**Art. 214.** A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:  
I – erradicação do analfabetismo;  
II – universalização do atendimento escolar;  
III – melhoria da qualidade do ensino;  
IV – formação para o trabalho;  
V – promoção humanística, científica e tecnológica do País. (LDB 9394/96)

Em relação aos recursos, com a reforma educacional em 1995, foram descentralizados os gastos públicos em favor do Ensino Fundamental obrigatório, com isso o Ministério da Educação (MEC), foi obrigado a manter a educação básica de jovens e adultos que continuou na posição marginal, que ela já ocupava nas políticas públicas de âmbito nacional, pois os recursos eram específicos para o Ensino Fundamental regular, deixando de fora a EJA e Educação Infantil. Assim, a nova redação dada ao Artigo 60 das Disposições transitórias da Constituição criou, em cada um dos estados, o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), onde a maior parte dos recursos públicos vinculados à educação foi reunida em cada unidade federada em um Fundo contábil, posteriormente redistribuído entre as esferas de governo estadual e municipal proporcionalmente as matrículas registradas no ensino fundamental regular nas redes de ensino.

Com a aprovação da lei 9.424, a Educação de Jovens e Adultos passou a concorrer com a educação infantil no âmbito municipal e com o Ensino Médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não capturados pelo FUNDEF, pois os recursos deveriam vir de outra fonte que não o fundo.

De acordo com Fernandes (2009), o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Instituído pela Emenda Constitucional nº. 53, de 19 de dezembro de 2006, é um fundo de natureza contábil. Sua implantação foi iniciada em 1º de janeiro de 2007, de forma gradual, com previsão de ser concluída em 2009. O FUNDEB substituiu o FUNDEF, que só previa recursos para o ensino fundamental. Assim, finalmente, os recursos do Fundo se destinam a financiar a educação básica (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). Sua vigência será até 2020. Com isso, ficam contemplados os recursos para a EJA.

## **1.2 O novo PNE e as metas para a EJA**

Segundo dados do Ministério da Educação, o projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas.

O novo plano dá relevo à elaboração de currículos básicos e avançados em todos os níveis de ensino e à diversificação de conteúdos curriculares e prevê a correção de fluxo e o combate à defasagem idade-série. São estabelecidas metas claras para o aumento da taxa de alfabetização e da escolaridade média da população.

Entre outras propostas mencionadas no texto está a busca ativa de pessoas em idade escolar que não estejam matriculadas em instituição de ensino e monitoramento do acesso e da permanência na escola de beneficiários de programas de transferência de renda e do programa de prestação continuada (BPC) destinado a pessoas com deficiência.

Entre as 20 metas do novo PNE, destacam-se as metas 08, 09 e 10 que abordam mais especificamente a educação de jovens e adultos:

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre

negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Em relação à valorização dos professores destacam-se as metas 15 e 16:

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16: Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.

Observa-se das metas 15 e 16 a preocupação com a formação específica dos professores em nível superior e ressalta ainda a área de atuação, isto implica reconhecer e reivindicar que a formação de professores para atuar na EJA deve abranger um currículo que contemple uma feição própria para lidar com as necessidades dessa clientela e também garantir para os que já estão atuando a formação continuada como forma de melhorar a prática docente.

Verifica-se com os preceitos legais que novos espaços são conquistados para a EJA, entretanto, ainda é uma modalidade de ensino que retrata os níveis de desigualdades na educação brasileira, haja visto, que ainda grande parcela da população ainda não recebe educação com a devida qualidade para todos que dela procuram. Os avanços conquistados para EJA nas últimas décadas, cujos reflexos acompanham o conjunto de medidas das políticas educacionais do país ainda carecem de medidas efetivas para o combate ao analfabetismo, à permanência dos alunos na escola, o atendimento ao aluno trabalhador, entre outras medidas que alterem a qualidade social da educação, em especial para o atendimento dos jovens e adultos. É preciso cumprir com a formação específica dos professores que pretendem atuar na EJA e fomentar os espaços de formação continuada para os que já atuam, buscando alternativas para romper com o currículo tradicional e atender às necessidades próprias da escolarização de adultos.

### **1.3 Realidade e desafios para a EJA**

Ao longo do século XX, o percentual de analfabetos, segundo Haddad (2009, p.35), absolutos no conjunto da população veio declinando continuamente, alcançados na metade dos anos de 1990 um patamar próximo a 15% dos jovens e adultos brasileiros. Em 1996 quase um terço da população com mais de 14 anos não havia concluído sequer quatro anos de estudos e aqueles que não haviam completado o ensino obrigatório de oito anos representavam mais de dois terços da população nessa faixa etária.

Há uma ou duas décadas, a maioria dos educandos de programas de alfabetização e de escolarização de jovens e adultos, eram pessoas maduras ou idosas, de origem rural, que nunca tiveram oportunidades escolares. A partir dos anos 1980 uma nova demanda de pessoas começou a se matricular na EJA, jovens que tinham estudado, mas, que não tinham alcançado os ideais necessários para sua formação.

Em contrapartida segundo, Haddad (2009, p.37), a educação básica vem sendo observada em países desenvolvidos da Europa, a extrema valorização da educação nas sociedades pós-industriais, está relacionada à aceleração de velocidade de produção de novos conhecimentos e difusão de informações, que tornaram a formação continuada um valor fundamental, para a vida dos indivíduos e um requisito para o desenvolvimento dos países perante os sistemas econômicos globalizados e competitivos.

O Brasil agora no século XXI está integrado culturalmente, tecnologicamente e economicamente a essas sociedades pós-industriais, e comporta dentro de si realidades desiguais, que fazem com que as possibilidades e os desafios da educação permanente também estejam colocados, para extensas parcelas de nossa população.

O desafio maior será descobrir o caminho para encontrar metodologias e práticas de educação continuada em favor da superação de problemas do século XIX, como a universalização da alfabetização e o processo de educação para jovens e adultos fora da faixa de escolaridade regular.

Pensar a educação dos jovens e adultos requer também outros desafios entre os quais, a análise do perfil dos professores que atuam na EJA, que é o objeto deste estudo monográfico. Para tanto, a próxima seção irá tratar dos aspectos da formação dos professores para a EJA no Brasil. Em que medida os cursos de formação estão atendendo a essas necessidades? Quem são os professores da EJA? Qual a sua formação? Existe formação específica que atenda as reais necessidades e especificidades dessa educação?

## 2 ASPECTOS DO PERFIL DOS PROFESSORES DA EJA NO BRASIL

*O fato isolado mais importante que influência a aprendizagem é aquilo que o aprendiz já conhece. Descubra o que ele sabe e baseie nisso os seus ensinamentos. Ausebel et al. (1980, p.1)*

Esta seção tem o objetivo de discutir alguns elementos que ajudem a compreender o perfil do professor da EJA no Brasil. Para tanto, esta parte do estudo irá discutir: a) um pouco das tendências na prática dos professores, b) irá analisar quem é o educador de adultos, quem educa esse educador e c) reflexões sobre a formação continuada professores da EJA.

No Brasil até os dias de hoje aconteceram varias tendências pedagógicas na prática escolar, os professores adotam essas formas de lecionar que segundo Libâneo (1989 p. 19), a prática escolar, é a concretização das formas de realizar o trabalho docente, mas dentro da escola existem diferentes concepções de homem e de sociedade e conseqüentemente, diferentes pensamentos sobre o papel da escola, aprendizagem, relações professor e aluno, técnicas pedagógicas. Segundo Libâneo (2005), A maneira como cada professor seleciona e organiza o conteúdo das matérias, ou escolhe técnicas de ensino e avaliação tem a ver com os pressupostos teórico-metodológico explicita ou implicitamente que o professor traz da sua formação e trajetória profissional.

A maioria dos professores segundo o autor baseia sua prática com senso comum, de experiências vividas com colegas, mais velhos, esta teoria contém pressupostos teóricos implícitos. Há professores interessados na sua prática de ensinar de forma mais teórica, há aqueles que se apegam a ultima tendência sem saber se ela é capaz de sanar seu problema. As tendências poderão funcionar como instrumento de análise para o professor avaliar sua prática de sala de aula.

As tendências pedagógicas foram classificadas conforme Libâneo (1989 p. 21), em duas pedagogias: liberais e progressistas. A pedagogia liberal sustenta a ideia que a função da escola é preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as “aptidões individuais”, seguindo uma justificação para os

modos de produção capitalista e congrega nessa ideologia as tendências de cunho tradicional, renovada progressivista, tecnicista e renovada não diretiva.

Na tendência tradicional, corrente da pedagogia liberal o aluno é educado para atingir, pelo próprio esforço sua plena realização como pessoa. Não é trabalhada a união entre a vida do aluno fora da escola com a relação professor aluno, os conteúdos e os procedimentos que o educador leciona na sala de aula. Trabalha-se de forma em que o professor é o centro da atenção e o aluno um simples agente passivo que está para aprender, obedecendo às regras e a palavra do professor.

A relação do professor e aluno segundo o autor é de distância onde o professor fala e o aluno apenas escuta, sem direito a nada sem acontecer qualquer comunicação entre os dois, o professor transmite o conhecimento na forma de verdade absoluta, a disciplina imposta é o meio mais eficaz para assegurar a atenção e o silêncio.

Já as tendências da pedagogia progressista são classificadas, segundo Libâneo (1989 p. 32), em: Libertária, Libertadora e crítico-social dos conteúdos. Na tendência libertária o papel da escola é exercer uma transformação na personalidade dos educandos num sentido libertário, o individuo como produto do social somente se realiza no coletivo, segundo Libâneo (1989 p. 36), as matérias são colocadas para o aluno, entretanto, não são cobradas, porque o importante é o conhecimento que vem das experiências vividas, que o aluno trás para dentro da sala de aula, o conhecimento é a descoberta de resposta para a vida social, por isso os conteúdos propriamente ditos são os que resultam de necessidades e interesses manifestados pelo grupo e que não são necessariamente as matérias de estudo.

È no grupo, na forma de autogestão, segundo Libâneo (1989 p. 36), que os alunos buscarão encontrar respostas e as bases satisfatórias de sua própria “criação”, a partir da sua própria iniciativa e sem qualquer forma de poder. Os alunos tem liberdade de trabalhar ou não, ficando o interesse pedagógico na dependência de suas necessidades ou das do grupo.

Nela é transformada a relação professor-aluno, de forma com que o aluno participe das aulas sem acontecer ameaças e obrigações, por isso o profissional dessa área esteja preparado para considerar o que o aluno traga na sua bagagem e

experiência de vida, o professor deve se por o serviço do aluno sem transformar o aluno em objeto das suas próprias ideias, e concepções, o professor se mistura ao grupo para que haja um conhecimento em comum.

A pedagogia libertária, segundo Libâneo (1989, p.38), recusa qualquer tipo de autoritarismo de professor para com o aluno, ela defende que o professor deve ser o conselheiro do aluno, fazendo com que ele busque respostas dentro de si mesmo, por isso ele é tão importante nessa modalidade de ensino, o educador fazer com que o educando sinta vontade e motivação para buscar o conhecimento que está dentro de si.

Neste caso, avalia-se que para o jovem e adulto é muito importante a participação coletiva, as experiências vivenciadas pelo grupo e decididas a partir de questionamentos, concordância e decisão grupal.

## **2.1 Tendência libertadora e a formação do educador de adultos**

Destaca-se neste estudo a tendência libertadora cujo principal representante é o educador Paulo Freire, que muito se dedicou ao ensino com adultos. Assim, nesta tendência não se pode falar em ensino escolar já que, segundo Libâneo (1989, p.33), a marca é o ensino não formal. Aonde educadores e educando, mediados pela realidade que apreendem e dessa mesma realidade extraem o conteúdo de aprendizagem. A educação libertadora questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os outros homens visando uma transformação.

Os conteúdos de ensino, conforme Libâneo (1989, p.33) são retirados da problematização da prática de vida dos educandos, o importante não é a transmissão de conteúdos específicos, mas despertar uma nova forma de relação com a experiência vivida, para Paulo Freire o mentor dessa tendência, o método de ensino deve ser entre educando e educador, uma relação de autêntico diálogo, para assim trocar experiência e se conhecer. A forma que se aprende é com o grupo de discussão, o professor é um animador que deve se comportar como um aluno, adaptando-se à sua maneira de aprender e o desenvolvimento próprio de cada um, e ao desenvolvimento próprio de cada grupo, deve caminhar junto, deixando-os

refletir sem intervenções e sempre estar pronto para dar informações mais sistematizadas.

Para Libâneo (1989, p. 34), a relação do professor com aluno, deve ser com base no diálogo como método básico, a relação é horizontal, onde educador e educando se posicionam como sujeitos do ato de conhecimento. Não deve acontecer autoridade, o professor não pode se ausentar, mas deve vigiar o aluno, para dar ao grupo autonomia para se expressar.

O aprender, ainda nas palavras de Libâneo (1989, p.35), é o ato de conhecimento da realidade concreta, isto é, da situação real em que o educando está inserido, e só tem sentido se aproximada a essa realidade.

## **2.2 Quem é o educador de adultos, quem educa esse educador?**

A formação dos professores hoje tem, sido alvo de muitos questionamentos, conforme Bedoya e Teixeira (2008), no que diz respeito à Educação de Jovens e Adultos (EJA), é necessário avaliar onde e em quais quesitos essa formação está sendo realizada.

Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (Brasil, 1996), a EJA é considerada de grande importância para a sociedade sendo um direito a educação de qualidade para todos, com o devido acesso e permanência na escola. Entretanto, Bedoya e Teixeira (2008), colocam que os professores que atuam nessa modalidade de ensino em muitas administrações públicas estaduais e municipais ainda não recebem a formação específica e a mesma é tratada sem considerar sua especificidade própria, como uma educação sem diferenciações tanto no ensino fundamental e no ensino médio, mudando apenas o horário de aula. Segundo os autores, os profissionais que atuam na formação de alunos de nível fundamental e médio, na maioria das vezes, são os mesmo que atuam com alunos da EJA.

Quando se trata de alunos da EJA, conforme os autores Bedoya e Teixeira (2008), o professor também precisa considerar a bagagem de experiência e conhecimento que seu aluno já possui, para transformar as informações já adquiridas por esse aluno em conhecimento útil para sua vida. Estudos relacionados

à EJA ainda são escassos e é necessária uma dedicação especial para este tipo de ensino, pois ele atinge uma parte de cidadãos do nosso país que já exercem um papel relevante na sociedade, mas que em matéria de educação formal ainda não estão formados plenamente.

Para melhorar sua atuação como cidadão e sua inserção profissional é necessário que o aluno da EJA receba uma educação que seja de fato para sua vida, para o trabalho e para o desenvolvimento humano.

Existem poucas políticas oficiais públicas de educação de jovens e adultos, conforme os autores Bedoya e Teixeira (2008), e também são poucos os centros de educadores da EJA. Desse modo há ainda um número pequeno de informações sobre o perfil do professor da EJA. Discute-se como uma das estratégias para melhorar a condição da EJA a formação do educador dessa modalidade.

O professor da EJA deve ser bem formado e estar em constante aperfeiçoamento, formação inicial e a continuada, ainda conforme os autores Bedoya e Teixeira (2008), deve ser vista como de enorme importância para um educador, e também que são esses estudos que vão acarretar nas melhorias para a vida dos alunos da EJA.

Para ensinar um aluno da EJA é necessário, segundo os autores, respeitar os saberes dos educando, que são formados e construídos a partir da sua vida na sociedade. O ato de ensinar não significa que o educador deve ficar totalmente ligado a conteúdos que cerca sua matéria, mas sim valorizar a troca de conhecimento entre ambas as partes dentro da sala de aula. A base para o processo de ensino aprendizagem é a formação do docente, portanto é necessário saber quem educa e como é educado o educador.

Para Pinto (2003, p.109), a grande fonte da aprendizagem e da formação de educadores é sempre a sociedade, que dita a concepção que cada educador tem do seu papel, das finalidades da sua ação dos modos que elas são executadas, tudo isso conforme a posição que o próprio educador ocupa na sociedade.

A formação do educador de adultos é um processo complexo de dotação de saber, conforme Pinto (2003), e de preparação para sua apropriada transmissão a outros jovens ou adultos. Este método é apenas o espessamento, a tendência das

influências que a sociedade exerce sobre seus membros, e que deseja exercer de maneira cada vez mais organizada. O educador deve compreender que sua fonte de aprendizagem é sempre a sociedade.

Em época de aceleração do processo social, segundo Pinto (2003, p. 110) fica visível a diferença entre a formação que o educando têm com o que a sociedade está vivendo no momento. Isso acontece por que a maioria dos professores é formada com a consciência prévia, para servir a seus objetivos, dentro da realidade então existente. Grande parte dos pedagogos nesse momento representa um fato de alienação, assim, seu papel acaba estando abalado, pois, não alcança as necessidades impostas pela sociedade.

Isso acontece porque falta a esses educadores a noção crítica de seu papel. Sua preparação, conforme o autor tem sido de forma regular, e então não são capazes de acompanhar as mudanças que estão cada vez mais presente no ambiente escolar.

O professor da EJA requer especificidades para trabalhar com seus alunos, pois eles já trazem de casa uma bagagem de leitura do mundo, essas estratégias devem ser consideradas durante a aula da EJA.

A ação do professor que trabalha com a educação de jovens e adultos conforme, Bedoya e Teixeira (2008), consistem, sobretudo em estimular no educando a consciência crítica de si e do mundo, habilitando-o com os conhecimentos científicos e sociais acumulados pela civilização humana e necessários para este objetivo.

È necessário que um bom professor, conforme Pinto (1990, p. 113), incremente seus conhecimentos e atualize-os, esforçar-se para utilizar os métodos mais adequados para atingir seus objetivos, refletir sobre o seu papel como educador, meditar sobre sua conduta e seu comportamento, com a intenção de ver se esta cumprindo aquilo que sua “consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade”. Segundo Pinto é necessário para o crescimento do educador duas vias:

A via externa, representada por cursos de aperfeiçoamento, seminários, leitura de periódicos especializados, etc.; e a via interior, que é a indagação

á qual cada professor se submete, relativa ao cumprimento de seu papel social. (PINTO, 1990 p. 113).

Verifica-se que o professor deve se aperfeiçoar sempre para acompanhar o avanço das novas tecnologias e para não ficar alienado dentro da sala de aula, estar presente nas reuniões pedagógicas, em grupos de estudos, para assim conhecer a opinião dos seus colegas sobre os problemas comuns e sempre refletir sobre o seu papel na vida dos alunos e na sociedade.

Uma atitude ingênua, conforme Pinto (1990, p. 115), é considerar a formação do professor e seu constante aperfeiçoamento técnico como simples treinamento individual, ao contrário, a formação é coletiva e imprescindível para o professor atingir consciência crítica de si e do seu mundo, para assim ter a certeza de ser cada vez mais competente no seu ofício.

A relação educacional, segundo o autor, é essencialmente recíproca, é uma troca de experiências, um “diálogo”. O educador ingênuo não reconhece essa forma de conhecimento e acredita que é o único sujeito do ato pedagógico. Com isso, corrompe toda forma de troca de experiência entre ambos, ou seja, o encontro de consciência.

Quando o educador percebe o educando como sujeito capaz de transformar o que ele já conhece, o aluno da EJA sente sua relação com o professor como de cooperação num ato comum, não se conhece apenas como um agente passivo, mas sim tendo voz e podendo dentro do ambiente escolar estar participando da sua alfabetização e estar “instruindo-se”.

Ainda, de acordo com Pinto (2003, p. 113), quando o educando, adquire a consciência crítica, construída a partir do diálogo com a consciência crítica do professor, passa a perceber que está mudando sua sociedade, sua realidade, a essência de seu país pelo fato de estar mudando a si próprio. Em lugar de “estar sendo preparado para a sociedade, está ao contrário, preparando a sociedade para si”.

O importante é deixar claramente estabelecida essa forma de teoria pedagógica: no processo educacional não há uma desigualdade essencial entre dois seres, mas, segundo Pinto (2003), um “encontro amistoso pelo qual um e outro se educam reciprocamente”. Nessa relação tanto aluno como professor aprendem em conjunto estabelecendo um elo de crescimento e formação.

### 2.3 O perfil do Professor da Educação de Jovens e Adultos

Em todo o caso, para além das regulamentações e determinações legais o que diferencia, para nós, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), da educação de crianças, segundo as autoras Cármem Lúcia Rodrigues e Cláudia Porcellis Aristimunha (2002), reside em dois principais fatores: em primeiro lugar porque o grupo de alunos da EJA vem de diferentes outros grupos, com vivências de mundo e portando saberes acumulado, enquanto as crianças estão na escola ainda conhecendo, desvendando o mundo que recém se apresenta para elas. Em segundo lugar, é importante lembrar que estes adultos já foram de alguma forma excluídos e estão retornando por vontade própria, mesmo que premidos por exigências profissionais, enquanto as crianças são mandadas para escola por seus familiares cumprindo uma etapa de suas vidas.

Por isso, pode-se afirmar que o adulto possui uma forma diferente de aprender e sistematizar o conteúdo dentro de uma sala de aula, para que isso aconteça é necessário que o professor dessa modalidade esteja preparado para receber esse aluno, e ter a consciência de que está sempre aprendendo. Os professores/educadores tem segundo as autoras Cármem Lúcia Rodrigues e Cláudia Porcellis Aristimunha (2002), um papel diferenciado: são orientadores do grupo e tem objetivos e um papel a cumprir. Para que isso aconteça surge então à pergunta: Qual seria o perfil do professor da EJA? Segundo Rodrigues e Aristimunha, esse educador deveria:

- O educador deveria ser um sujeito agregador, orientador, animador e propositivo;
- deveríamos aguçar nossa “escuta sensível” ou compreensível como alguns denominam, ou seja, conhecer o outro (sua lógica e fundamentação, pois nela está formada sua visão de mundo);
- praticar a tolerância, não como “engolir” o outro. Tolerância que falamos exige “querer bem” o outro e, portanto é necessário respeitar as diferenças;
- flexibilidade para lidar com o inesperado, com as contradições e contrariedades;
- portanto reconhecer as leituras de mundo;
- respeito ao tempo do outro – cada um tem um ritmo de aprendizagem e para produzir suas próprias reflexões;
- o educador é um agente transformador da realidade social, portanto, deve estar presente em seu planejamento a participação social, cultural e política;
- reconhecer que o processo educativo deve ser uma construção coletiva;

- este deve ser um espaço para reflexões dos agentes e das práticas educacionais;
- termos o diálogo como princípio;
- a flexibilidade tanto no fazer pedagógico (plano, currículo, metodologia, avaliação) quanto nas condições singulares do aluno adulto (ingresso e saída, tempos de aprendizagem, horários, prazos);
- não esquecer as reuniões pedagógicas;
- transformar este espaço e experiência em um lugar para aproximar teorias das práticas. (RODRIGUES, Lúcia Cármem, ARISTIMUNHA, Cláudia Porcellis, 2002, p.09).

Para tal, se faz necessário, construir uma teoria do conhecimento com base no respeito pelo educando, na conquista da autonomia e na dialogicidade enquanto princípios metodológicos, e estar preparado para atingir esse papel tão importante na vida dos educando, e ser capaz de habitar e construir seu próprio ambiente pedagógico e trazer para ele toda sua vontade de fazer a diferença na vida dos seus alunos.

Conclui-se, de acordo com Rodrigues e Aristimunha (2002), que o primeiro passo depois de assimiladas as premissas apontadas é investigar, pesquisar e ouvir. Isto que dizer, além da necessária e indispensável base teórica através das leituras e aperfeiçoamentos, colocar para funcionar nossa “escuta sensível” e fazer um levantamento das histórias de vida destes jovens e adultos. A partir delas pode-se começar a construir o currículo. Currículo que parta do conhecimento do aluno, das experiências e problematize o conhecimento acumulado pela humanidade, recriando-o e reelaborando-o. Currículo que utilize uma metodologia dialógica que resgate as hipóteses dos alunos e as confronte com outras, valorizando a suas culturas.

De acordo com Rodrigues e Aristimunha (2002), mesmo tendo consciência de que não se constitui em tarefa fácil ser professor, principalmente na EJA, pois apresenta como característica uma modalidade nova apesar do longo histórico e que é necessário muita pesquisa, estudos, leituras, investimento e praticar bastante, carrega-se muita esperança no trabalho de ser professor e aposta-se nesta modalidade de ensino enquanto ela for necessária.

### **2.3 A EJA como modalidade específica da educação escolar**

O parecer CEB/CNE nº 11/2000, reconhece a especificidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade de educação escolar de nível fundamental e médio da mesma forma, o Conselho Nacional de Educação, ambos reconhecem que a EJA “representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas”, indica suas funções, a saber: reparadora, equalizadora, qualificadora.

Segundo o Parecer CEB/CNE 11/2000, a função reparadora parte do reconhecimento não “só o direito a uma escola de qualidade, mas também da igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano”. Nesse sentido, a educação escolar devidamente estruturada é a oportunidade objetiva de os jovens e adultos participarem da escola desde uma “alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes segmentos para os quais se espera efetiva atuação das políticas sociais”. Por isso, para que a função reparadora se efetive, o parecer considera que “a EJA necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos”.

A função equalizadora considera que “o indivíduo que teve descontinuada sua formação, qualquer tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo dentro da sociedade”.

Assumindo a possibilidade segundo o parecer CEB/CNE nº 11/2000, de um padrão social em que todos disponham das mesmas condições de acesso ao conhecimento, a EJA manifesta-se como “uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades”, de modo que “adolescentes, jovens, adultos e idosos atualizem conhecimentos, mostrem habilidades, troquem experiências e tenham acesso a novas regiões do trabalho e da cultura”.

A função qualificadora é considerada, segundo o Parecer como o “próprio sentido da EJA”. Seu fundamento está na assunção definitiva do “caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares”. Nessa perspectiva, a EJA assume um caráter de “educação permanente e criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade”. Daí o imperativo de reconhecer que “os termos jovens e adultos indicam que, em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito”.

Ademais, o Parecer observa que esta função deve ser percebida como “um apelo para as instituições de ensino e pesquisa no sentido da produção adequada de material didático que seja permanente enquanto processo variável na variabilidade de conteúdos e contemporânea no uso de e no acesso a meios eletrônicos da comunicação”.

Já para o jovem e o adulto, não há tal progressão, de modo que o aluno entra em qualquer tempo e no nível que lhe for mais apropriado (o que tem importantes implicações para os programas, metodologias e avaliações). Tampouco há a obrigatoriedade legal de o aluno frequentar a escola, resultando sua adesão do entendimento da importância da escola. Ademais, tanto os conhecimentos de que dispõe como os que lhe são pertinentes são distintos dos das crianças e adolescentes.

Do que se apresentou até aqui, pode-se assumir com segurança que, “mesmo considerando-a como parte do sistema, deve ter conteúdos e metodologias próprias”. (Parecer CEB n. 11/2000).

Nesse sentido, a EJA, enquanto modalidade da Educação Básica e reconhecendo os sujeitos que participam dela, a concretude de suas vidas e as formas como interagem com o conhecimento, deve criar as condições de superação do lugar em que se encontram contribuir para que os estudantes da EJA, na problematização da vida concreta, adquiram conhecimento e procedimentos que contribuam para a superação das formas de saber cotidiano.

## **2.4 O desafio para a formação continuada**

È de suma importância que haja uma reflexão, conforme Viviane Kanitz (2000) e, sobre a (re) construção e redimensionamento dos saberes docentes de professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), trazendo ao debate o grande valor da formação continuada na especificidade da modalidade de ensino a jovens e adultos, principalmente quando esta, não foi contemplada na formação inicial. Em razão disso, coloca-se a questão da aprendizagem do professor que, enquanto sujeito singular, possui uma história de vida, aprende e reconstrói seus saberes na experiência.

De tal maneira, apresenta-se a significação da formação continuada, conforme Viviane Kanitz (2000), como espaço e tempo de reflexão e de produção pedagógica, contribuindo e estimulando os professores a assumirem a responsabilidade de seu próprio desenvolvimento profissional e pessoal, e a participarem como protagonistas na prática das políticas públicas educacionais dentro do contexto da Educação para Jovens e Adultos, que emerge hoje como uma das questões significativas do processo educacional.

Segundo os autores Viviane Kanitz (2000), a formação continuada como processo de construção e reconstrução de saberes docentes, desafia para produzir conhecimentos e criar novas estratégias práticas de ações, pois o educador terá que construir novos saberes docentes direcionados para o ensino-aprendizagem de adultos, (re) significando sua práxis pedagógica.

Analisando e compreendendo a situação histórica da EJA, ainda conforme Viviane Kanitz (2000), e nas atuais Políticas Públicas Nacionais e Estaduais, buscando a contextualização e compreensão do atual momento. Analisam-se, as competências a serem construídas para o exercício profissional, já que o professor precisa de um repertório de conhecimentos, de uma verdadeira forma de saberes: os saberes das disciplinas, os curriculares, os pedagógicos, os da experiência e o da ação pedagógica, e em meio a esse conjunto de saberes descobre-se que o saber da experiência ou da prática exerce uma importância fundamental na definição da identidade profissional do docente da EJA.

Para isso, agrava a necessidade, ainda conforme Viviane Kanitz (2000), de estabelecer algumas referências teóricas acerca da racionalidade do saber da experiência, capazes de abrangerem todo o significado e amplitude dessa dimensão do trabalho do professor. Desta forma apresenta-se através dessa discussão a constituição da EJA como modalidade de Ensino e do educador de jovens e adultos através da formação continuada que atenda esta especificidade da educação.

## 2.5 A formação dos docentes da EJA e as metas do PNE

A formação de professores, abordada a seguir, conforme Ana Valeska Amaral Gomes, (2011, p.19), influencia fortemente a qualidade do ensino e o financiamento, outro ponto que tratamos, é um dos pilares para que a modalidade de EJA seja definitivamente institucionalizada.

Na Meta nº 7, o Plano Nacional de Educação (PNE), diz que os sistemas estaduais de ensino, em regime de colaboração com os demais entes federativos, devem manter programas de formação de educadores de jovens e adultos, capacitados para atuar de acordo com o perfil da clientela, e habilitados para, no mínimo, o exercício do magistério nas séries iniciais do ensino fundamental, de forma a atender à demanda de órgãos públicos e privados envolvidos no esforço de erradicação do analfabetismo.

Conforme o Censo Escolar 2010, cerca de 80% dos professores que atuam com jovens e adultos têm formação em nível superior. Um cenário melhor que aquele verificado em 2001, quando esse percentual era de 66%. A Tabela 01 mostra esses dados.

Tabela 1. Escolaridade dos docentes que atuam na EJA - Brasil – 2010

Formação	Total	%
Fundamental Incompleto	301	0,12
Fundamental Completo	702	0,27
Ensino Médio (EM)	35.902	13,72

EM – Normal/Magistério	356	0,14
EM – Normal/Magistério Específico Indígena	19.186	7,33
Superior Completo	205.290	78,43
TOTAL	261.737	100,00

Fonte: Inep /DEED. Censo Escolar 2010

Políticas públicas no sentido de formar aqueles sem escolaridade, ainda conforme Ana Valeska Amaral Gomes, (2011, p.20), em nível superior deverá alcançar pouco mais de trinta e seis mil docentes. O maior desafio, no entanto, parece ser a capacitação desses profissionais para atuar em sala de aula considerando as peculiaridades da EJA. Essa qualificação específica pode ser um dos grandes trunfos para ajudar o alunado a superar experiências escolares malsucedidas e combater a evasão.

Três metas, no Plano Nacional de Educação (PNE), de acordo com Ana Valeska Amaral Gomes, (2011, p.25), estão relacionadas às instituições de educação superior, em relação à formação de professores para a EJA, são elas:

Meta nº 11 – Estimular a concessão de créditos curriculares aos estudantes de educação superior e de cursos de formação de professores em nível médio que participarem de programas de educação de jovens e adultos.

Meta 18 – Incentivar as instituições de educação superior a oferecerem cursos de extensão para prover as necessidades de educação continuada de adultos, tenha ou não formação de nível superior.

Meta 19 – Estimular as universidades e organizações não governamentais a oferecer cursos dirigidos à terceira idade. (GOMES, Ana valeska Amaral, 2011, p.15).

Face à autonomia didático-administrativa das universidades públicas, é pertinente a realização de levantamento específico junto às mesmas para a checagem dessas metas. No que diz respeito à Meta nº 18, convém lembrar que apenas as universidades têm obrigação legal de realizar atividades de extensão.

A Meta nº 14 determina a expansão da oferta de programas de educação à distância na modalidade de educação de jovens e adultos, incentivando seu aproveitamento nos cursos presenciais.

Segundo Ana Valeska Amaral Gomes, (2011, p.26), não se conhece medidas específicas adotadas pelo MEC para expandir a oferta de programas de educação à distância na modalidade de educação de jovens e adultos. As ações mais relevantes em educação à distância estão direcionadas à formação ou capacitação de professores e para a Universidade Aberta do Brasil, que visa ampliar a oferta no ensino superior público.

Efetivar o direito à educação dos jovens e dos adultos ultrapassa a mera ampliação da oferta de vagas nos sistemas públicos. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular. O jovem ou o adulto que constitui o público de EJA é sujeito com identidade, saberes, cultura e valores próprios.

Simplemente contestar o modelo do ensino regular, com qualidade inferior, ainda nas palavras de Ana Valeska Amaral Gomes, (2011, p.32), para esse aluno jovem e adulto tem sido um erro recorrente. O ambiente de aprendizagem, a organização curricular, os projetos pedagógicos, as relações entre professores e estudantes, a vinculação entre saberes a serem construídos e experiências vividas são temas que trazem complexidade e feições próprias à EJA. Essas questões devem ser enfrentadas para que o ensino ganhe significado e relevância, ampliando a possibilidade de permanência dos alunos no sistema de ensino. Além da questão da permanência, há necessidade de mobilizar esse público para o reingresso à escola.

### 3 Perfil dos professores da EJA na rede municipal de ensino de Ponta Porã.

*Não podemos adquirir ideias, sentimentos e técnicas, senão vivendo-as. John Dewey*

Esta seção tem como objetivo apresentar um estudo sobre o perfil dos professores da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de ensino de Ponta Porã. Para tanto irá analisar as duas escolas do município que oferecem essa modalidade de ensino, a primeira escola municipal é a Ramiro Noronha e a outra rural Osvaldo de Almeida Mattos, esta seção abordará o diagnóstico de ambas e entrevistas realizadas com os professores dessa modalidade. O objetivo é responder a pergunta condutora do estudo que é identificar: Qual o perfil dos professores da EJA na rede municipal de ensino? Avalia-se que a presente seção deverá oferecer os subsídios para responder tal indagação, juntamente com os outros dados já levantados.

#### 3.1 Conhecendo as escolas pesquisadas

##### 3.1.1 Escola Polo Municipal Ramiro Noronha

Segundo dados coletados em documentos oficiais e Projeto Político Pedagógico (PPP). A Escola Polo Municipal Ramiro Noronha situa-se à Avenida Brasil, nº 839, bairro da granja, zona sul da cidade de Ponta Porã. Por meio da secretária municipal, a instituição possui uma área de 8.000 m<sup>2</sup>, e tem uma área construída em alvenaria de 1.758,33 m<sup>2</sup>. Abaixo a tabela mostra os tipos de dependência e quantidade.

Tabela 02: Demonstrativo dos tipos de dependência e quantidade da Escola Polo Municipal Ramiro Noronha – 2012

DEPENDÊNCIA	QUANTIDADE
Sala de Aula	18
Sala de Professores	01
Sala de Direção	01
Sala adaptada para biblioteca	01
Secretaria	01

Quadra Coberta	01
Pátio Coberto	01
Pátio Descoberto	01
Sala Multidisciplinar	01
Banheiro	05
Cozinha	01
Dispensa	01
Arquivo Morto	01
Almoxarifado	01
Sala de Coordenação	01
Gabinete Dentário	01
Sala de Tecnologia	02
Sala do CAAT	01

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Ramiro Noronha

Segundo dados do PPP a escola recebe recursos financeiros do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), do Programa Direto Dentro da Escola (PDDE), através da Associação de Pais e Mestres (APM), que é organizada com uma Diretoria eleita em reunião de Pais e Mestres, recebe ainda verbas do Programa Pró Educação, além de recursos provenientes pela APM, por meio da realização de festas e eventos gerais, as quais deverão ser aplicadas respeitando as normas vigentes em benefício da instituição.

Devido à grande demanda no ano letivo de 2007 tornou-se necessário implantar adequação física em outro local próximo ao prédio. Foi cedida então, em sistema de contrato de aluguel, instalação anexa à Igreja Perpétuo Socorro com 07 (sete) salas de aula, uma sala de coordenação, banheiros, cozinha e pátio.

### **3.1.2 Organização da EJA na escola**

A seguir a tabela 02 mostra como a Educação de Jovens e Adultos está organizada na escola Municipal Polo Ramiro Noronha, com dados sobre as salas da EJA, fases, formação dos professores e total de alunos.

Tabela 03: Dados da EJA na escola, salas da EJA, fases da EJA, formação dos professores e alunos em cada fase. Ponta Porã/MS- 2012.

<b>Salas da EJA</b>	<b>Fases da EJA</b>	<b>Formação dos professores</b>	<b>Alunos/TOTAL</b>
02	1° e 2ª fase A 1° e 2ª fase B	Magistério Educação Física	26
02	3° e 4ª fase A 3° e 4ª fase B	Ciências Matemática Letras Geografia Educação Física História	30
02	Ensino Médio B e C	Matemática/Pós Letras/Pós Geografia História Educação Física	25

**Fonte: Elaboração da acadêmica com base em pesquisa na escola (2012)**

A tabela 03 aponta a formação dos professores um dado muito importante para compreender o perfil dos professores. Observa-se que não tem nenhum professor formado em pedagogia, entendendo que a faculdade forma profissional para atuar na modalidade EJA.

Outro dado importante coletado na escola mostra que os professores não fazem cursos de formação continuada para lecionar na sala de EJA.

### **3.1.3 Aspectos do Projeto Político Pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Polo Municipal Ramiro Noronha tem como alicerce a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Conselho Nacional de Educação.

É por meio do PPP, que a escola traça com clareza as diretrizes do desenvolvimento educacional a que se propõe como metas significativas a serem perseguidas, como objetivos propostos baseados, que se pautam nos pilares da educação, traçados pelo documento da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, em 1990, tendo como enfoque principal

o aluno e sua real aprendizagem: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser, objetivos educacionais que ultrapassam a informação cotidiana ou o mero repasse de um conhecimento intelectual preso somente aos conteúdos das diferentes disciplinas, constantes na grade curricular dos diversos anos escolares. O ensino, segundo o PPP, deve ser relevante na formação da personalidade, na centralização do ensino e aprendizagem e no desenvolvimento de competências e habilidades que capacitem o aluno a exercer efetivamente a sua cidadania.

O PPP da escola tem uma visão abrangente e contextualizada do processo de ensino e aprendizagem propõe um ensino pautado no respeito às diversidades de gêneros, etnias, aos alunos portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma proposta flexível que será construída ao longo do ano letivo, pautada em conhecimento, sendo os alunos estimulados pela pesquisa, pela participação e por seus interesses a fim de prepará-los sempre a novas descobertas.

Ao elaborar o projeto, a escola discutiu de forma clara, valores coletivos, delimitando prioridades, definindo os resultados esperados, e incorporando a autoavaliação ao seu trabalho, em função do conhecimento da comunidade em que atua e de sua responsabilidade para com ela.

De acordo com o PPP, da escola (2012), a proposta não é um documento formal para ser arquivado, mas antes um documento a ser seguido e cumprido mediante um processo contínuo de reflexão voltado para a prática pedagógica escolar, discutida amiúde pela equipe escolar, que propõe, acompanha, avalia e registra as ações que serão desenvolvidas a fim de serem atingidos os objetivos propostos, coletivamente delineados, de acordo com o perfil da escola pretende construir, baseado na meta e na missão propostos pelo PPP, revelando sua própria identidade.

Está estruturada com uma identificação baseada em: Apresentação, justificativa, objetivos gerais e específicos, fundamentação teórica, níveis de modalidades do ensino, ementa curricular, metodologia e avaliação da aprendizagem discente e institucional, conselho de classe e anexos.

A escola pretende, por meio desta proposta, incentivar a modificação da postura passiva do professor para uma postura ativa estimulando-o ao crescimento epistemológico e profissional na participação de programas de melhoria de desempenho da profissão como: Gestar II, Pró-letramento, roda de Leitura, Letras de Luz, Estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Estes programas buscam capacitar melhor, teoricamente, o professor, provocando uma ruptura no fazer apático e conduzindo-o a uma reflexão que abarque não só um melhor desempenho profissional quanto afetivo, cognitivo, intra e interpessoal, de tal modo que alunos, outros professores, coordenação e direção sejam também contagiados e esforços sejam somados na consecução de resoluções dos problemas educacionais em especial, na ação de problemas referentes às disciplinas, considerado críticas, nos anos iniciais dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º anos), e nos 6º e 7º anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Nessa proposta conforme o PPP (2012), de trabalho conjunto deve-se atentar também para a organização da rotina escolar, subordinadas à supervisão da direção e aos aspectos relativos às datas festivas, comemoradas na escola: Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Projeto do Folclore, Projeto do Trânsito, Soletrando, Tabelando, Projeto de Cidadania, Projeto Cultura-afra e Projeto de Incentivo à Dança, Projeto Dois Países, uma só Cultura.

Apoiados pela comunidade escolar, fortalecendo laços na hierarquia nos diferentes segmentos que envolvem a participação efetiva dos pais nas atividades desenvolvidas na escola e também fora dela, estabelecidas em calendário escolar, com datas previstas no início do ano letivo e datas marcadas posteriormente, pela comunidade, por meio de pedidos de participação da escola em eventos culturais do município e fora dele, estabelecendo laços fecundos entre a escola e a comunidade na qual esta inserida e também fora dela. Asseguram-se ainda em calendário, os Conselhos de Classes, as entregas de notas aos pais, as reuniões de professores com coordenadores e direção, bem como as reuniões da Associação de Pais e Mestres (APM) e do Conselho Escolar, a fim de garantir o desenvolvimento das ações planejadas e cumprir com a finalidade para a qual a escola foi criada, na concretização de uma gestão transparente e consonante a participação de todos os que fazem parte desse processo educativo.

A identidade brasileira acarreta para o aluno muitas vezes um preconceito, um olhar diferenciado, um sentimento cultural de inferioridade, que sendo detectado na rotina escolar, incentivou a criação do Projeto “Dois Países, uma só Cultura” e o Projeto de Cidadania.

### **3.1.4 Educação de Jovens e Adultos**

Conforme registro no Plano Político Pedagógico (PPP), a escola Ramiro Noronha oferece o Curso de Educação de Jovens e Adultos, visando ampliar o contingente de pessoas, com pouca escolaridade, que encontram dificuldades no mercado de trabalho para sobreviver.

Diante dessas questões a rede municipal de ensino, visa desenvolver uma política de educação para Jovens e Adultos, que venha contribuir na melhoria e qualidade social da educação, adequada à demanda real constituída, pelos jovens e adultos, que não puderam frequentar a escola na idade própria.

Conforme estatística (IBGE, 2010), o Brasil continua apresentando um grande número de analfabetos. Ponta Porã, possui 77.866 habitantes sendo 7.397 analfabetos.

A Educação de Jovens e Adultos é um campo amplo de práticas e reflexões que inevitavelmente, transbordam os limites da escolarização. Esta questão abarca processos formativos diversos, em que podem ser incluídas iniciativas, visando à qualificação profissional, ao desenvolvimento científico, a formação política e muitas outras questões culturais pautadas em outros espaços que não seja o escolar. Em razão disso, nota-se que no município de Ponta Porã há um grande número de pessoas que não tiveram acesso à escola na idade própria ou dela evadiram-se, necessitando de novas oportunidades de escolarização, com vistas à aquisição de conhecimentos gerais básicos, desenvolvimento pessoal e profissional, que ao mesmo tempo possibilite o pleno exercício da cidadania para atuação social e afetiva.

Baseando-se nas exigências do mercado de trabalho por nível de escolarização cada vez mais elevado, faz com que a população que não teve oportunidade busque alternativas mais flexíveis, e adequadas às condições e interesses, mantendo padrões de qualidade de ensino. A busca pela ampliação do atendimento à escolarização da população jovem, adulta e idosa pelos sistemas estaduais se vincula às conquistas legais referendadas pela Constituição Federal de 1988, na qual a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica da Educação Básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na denominada idade própria.

E por último, a avaliação que parte da necessidade de explicar e compreender as causas de problemas, se esforçando para propor alternativas coletivas. Logo, a avaliação deve favorecer o desenvolvimento da capacidade discente e deve ser resultante de um processo de avaliação diagnóstica.

Segundo Libâneo (1994, p.195): “A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”. Assim, a avaliação não se resume a testes, exercícios, provas, pesquisas bibliográficas e questionários, e à atribuição de notas e conceitos. O professor deve ficar atento para que a avaliação cumpra suas verdadeiras funções: identificar dificuldades e avanços nos alunos, avaliar sua própria atuação, refletindo sobre o quanto sua prática pedagógica contribui para o rendimento escolar dos alunos, replanejar as atividades propostas e refletir a unidade entre objetivos, conteúdos e metodologia presentes nos planejamentos.

### **3.1.5 Objetivos gerais e específicos da EJA no PPP**

Segundo o Plano Político Pedagógico (PPP), a escola Ramiro Noronha busca, oportunizar aos educando, inclusive aos com necessidades educacionais especiais e aos que não tiveram acesso à alfabetização e/ou escolarização em tempo hábil, na etapa do Ensino Fundamental, para continuar aprendendo, de modo que o aluno possa ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento. Tem como objetivo também, valorizar a educação como um instrumento de humanização e de interação social, proporcionando uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e

profissionais da educação, num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo.

Ainda conforme o PPP da escola, os objetivos específicos para essa modalidade de ensino são: Possibilitar a população jovem e adulta, analfabeta ou que não tenha completado o Ensino Fundamental, a elevação da escolaridade; realizar o acesso de jovens e adultos na escola, de modo a permitir o prosseguimento de estudos em caráter regular, tendo como referência a base nacional comum; propiciar aos jovens e adultos, a condição necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, levando-os a uma transformação, em pessoas atuantes e participativas na sociedade; valorizar as múltiplas inteligências, dando oportunidades de o educador desenvolver suas potencialidades; desenvolver conteúdos derivados do cotidiano do educando, utilizando situações que apareçam em sala de aula, discutindo e informando através dos temas transversais; desenvolver princípios de valores e ética, propiciando o respeito mútuo e a solidariedade, dentro de um ambiente de interação; resgatar a unidade do saber e do fazer através de uma prática interdisciplinar que percorra um caminho oposto à fragmentação do conhecimento; proporcionar condições favoráveis para a construção consciente de valores cívicos e sociais; oportunizar a liberdade de expressão garantindo a autonomia com responsabilidade diante dos fatos cotidianos com sabedoria e comprometimento; tornar o educando consciente, participativo e condutor de ideias capazes de surtir um efeito prático diante do desenvolvimento sustentável.

### **3.1.6 Plano para formação continuada do corpo docente serviço de apoio à educação da EJA**

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola Ramiro Noronha, a sustentação para a formação dos professores tem embasamento no material do Projeto Parâmetros em Ação da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (MEC), que tem como propósito apoiar e incentivar o

desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, de forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular para Jovens e Adultos.

A ideia central do projeto Parâmetros em Ação está concernente com o PPP da Escola, portanto, com a ideia metodológica indicada no projeto que visa: favorecer a leitura compartilhada, o trabalho em conjunto, a reflexão solidária, a aprendizagem em parceria de forma a garantir a permanência e o sucesso destes jovens e adultos até o final das fases do Curso. A formação tem o material organizado em módulos de estudos compostos por atividades diferenciadas que procuram levar à reflexão sobre as experiências que vêm sendo desenvolvidas nas escolas e acrescentar elementos que possam aprimorá-las. Para tanto, utiliza textos, filmes, programas em vídeo, além de ampliar o universo de conhecimento dos participantes, ajudar a elaborar propostas de trabalho com os colegas de grupo e realizá-las com seus educando.

Conforme consta no PPP da escola, a proposta do projeto inclui diferentes ações, tais como: a) Distribuição e programar, dos referenciais para a formação de professores; b) Apoio às equipes técnicas das secretarias de educação para implementação do programa de formação continuada e para orientação das unidades escolares na formulação e no desenvolvimento de seus projetos educativos; C) Realização de seminários sobre formação de professores em parceria com as universidades e outras instituições. A unidade escolar promove sessões de estudos previamente relacionados em calendário de ações contidas no Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) que desenvolve assuntos concernentes ao Curso de Educação de Jovens e Adultos. Oferecem, também, através do PDE cursos de motivação, prevenções de acidentes no ambiente de trabalho e relações interpessoais aos servidores dos serviços de apoio à educação. A Secretaria Municipal de Educação prevê em seu calendário de atividades anuais a formação continuada no início de cada semestre para professores do Curso de Educação de Jovens e Adultos, onde esta unidade escolar participa com seus professores e coordenadores, registrando e emitindo certificados aos participantes.

### 3.1 Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Mattos

Segundo dados coletados em documentos oficiais e Projeto Político Pedagógico (PPP), a Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos foi inaugurada em 31 de março do ano de 1977, no estado do Mato Grosso do Sul por Lourenberg Nunes Rocha (ex-secretário de Educação) e Aires Marques (ex-prefeito de Ponta Porã).

Com base no documento, Decreto Lei nº 2282 de 05 de março de 1980, criou-se a Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos, na vila Cabeceira do APA, sede do distrito para atender o Ensino Fundamental. Em 1999 houve conclusão da primeira turma de 8ª série do ensino Fundamental. Com a Deliberação CEE/MS nº 7310, de nove de dezembro de 2003, a escola foi credenciada para oferecer o Ensino fundamental. Em janeiro de 2004 a escola foi descentralizada e passou a ter uma direção administrativa e coordenação pedagógica. No mesmo ano a escola implantou a terceira Fase da Educação de Jovens e Adultos, como extensão da Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques.

Também em 2004 houve uma parceria com a Secretária de Educação do Estado, que firmaram acordo de implantação do segundo grau, com extensão da Escola Estadual Joaquim Murtinho, atendendo os alunos de 1º e 2º anos do Ensino Médio.

Por força do Decreto nº 5037 2006 de 04 de junho de 2006 a escola denomina-se Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos.

A tabela a seguir mostra dados importantes, sobre a modalidade Educação de Jovens e Adultos na escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos.

Tabela 04: Dados da EJA na escola, salas da EJA, fases da EJA, formação dos professores, alunos total.

Salas da EJA	Fases da EJA	Formação dos professores	Alunos/TOTAL
01	1º e 2ª fase A	Sem formação (leiga) Educação Física	15
01	3º e 4ª fase A	Matemática Sem formação (leiga) Geografia Educação Física	18

Fonte: Elaboração da acadêmica com base em pesquisa na escola (2012)

Na tabela 04, pode-se observar que os professores da EJA não possuem formação específica para atuarem nessa modalidade de ensino e alguns professores são leigos. Avalia-se que segundo o Parecer CNE/CEB 11/2000, que trata das diretrizes curriculares nacionais para a EJA, essa modalidade de ensino deve ter uma especificidade própria, visando atender as necessidades do aluno adulto e trabalhador, as diferenças de idade, o afastamento da escola. Sendo assim, observa-se que a formação do professor também deve acompanhar a sua preparação para atender á essas necessidades. Segundo os teóricos, a formação continuada seria uma alternativa, o que não é o caso das escolas pesquisadas neste estudo. Alguns professores que atuam na EJA não possuem nenhuma formação acadêmica, o que pode acarretar mais dificuldade para o correto atendimento á essa clientela de jovens e adultos que buscam a escola na esperança de recuperar o tempo perdido de forma útil e prática.

### **3.2 Dados da EJA na rede municipal de ensino de Ponta Porã**

Apresentam-se nesta subseção alguns dados mais gerais sobre a Educação de Jovens e Adultos no município de Ponta Porã com a finalidade de analisar a situação geral dessa modalidade de ensino, em especial a configuração dos professores.

#### **3.3.1 Dados dos professores e escolas**

Os dados apresentados a seguir foram consultados na Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã e coletados no trabalho monográfico (SILVA, Graciele Lima, 2011). Faz-se nesta subseção um breve relato sobre a situação dos professores que atuaram na EJA no período de 2005 a 2012. Segundo os dados, no ano de 2005 a 1ª a 4ª fase da EJA era atendida por 10 (dez) docentes e a 5ª a 8ª fase por 19 (dezenove). O total de 29 (vinte e nove) docentes atuantes na

modalidade EJA, naquele ano, têm formação de nível superior. O órgão não especifica qual o curso superior de cada docente.

No ano de 2006, “havia 08 (oito) professores de 1º a 4º fase e 29 (vinte e nove) professores de 5º a 8º fase, totalizando 37 (trinta e sete) docentes atuando em escolas municipais na EJA. O órgão informou que todos os professores possuem nível superior, sem especificar o tipo de formação”. (TCC, SILVA, 2011).

Em 2007, “havia 12 (doze) professores de 1º a 4º fase e 28 (vinte e oito) professores de 5º a 8º fase, totalizando 40 (quarenta) professores atuando em escolas municipais na (EJA) os professores tinham nível superior. No entanto o órgão não informa qual o tipo de formação em nível superior”. (TCC, SILVA, 2011).

No ano de 2008 “havia 12 (doze) professores de 1º a 4º fase e 32 (trinta e dois) professores de 5º a 8º fase, totalizando 40 (quarenta) professores atuando em escolas municipais na (EJA) os professores têm nível superior. No entanto o órgão não informou qual o tipo de formação em nível superior”. (TCC, SILVA, 2011).

Em 2009, “havia 12 (doze) professores de 1º a 4º fase e 32 (trinta e dois) professores de 5º a 8º fase, totalizando 42 (quarenta) professores atuando em na (EJA) na rede municipal. Todos os docentes tinham nível superior. No entanto o órgão não informou qual o tipo de formação em nível superior”. (TCC, SILVA, 2011).

Em 2010, “seis professores atuaram na EJA de 1º a 4º fase, e 15 (quinze) professores de 5º a 8º fase, totalizando 21 (vinte e um) docentes. Segundo informou a SEMEPP todos os docentes tinham curso superior. O órgão não especificou qual o curso superior de cada professor”. (TCC, SILVA, 2011).

Em 2011, segundo dados coletados nas escolas pesquisadas, “13 (treze) professores atuaram na EJA de 1º a 4º fase”, todos com formação superior, mas nenhum na área da EJA, com pedagogia.

Em 2012, segundo dados coletados nas escolas pesquisadas “16 (dezesseis) professores atuam na EJA de 1º a 4º fase” apenas 01(um), sem formação, e 15 (quinze) com formação superior, porém nenhum apresenta algum tipo de especificidade na EJA, os educadores não participam de nenhum tipo de formação continuada para atuarem na EJA.

A tabela 05 apresenta o número de professores, e sua formação da 1º a 4º fase, no período de 2005 á 2012.

Tabela 05: Número e formação dos professores que atuaram na EJA - 2005 à 2012 – Rede municipal de ensino de Ponta Porã

Ano	Número de professores	Formação	1 e 4 fase
2005	10	Sem especificação	10
2006	08	Sem especificação	08
2007	12	Sem especificação	12
2008	12	Sem especificação	12
2009	12	Sem especificação	12
2010	06	Sem especificação	06
2011	13	Nível superior	13
2012	16	Nível superior	16
Total	77		77

**Fonte:** SILVA, Gracieli Lima. Monografia, 2011 e Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã

A tabela acima nos revela como essa modalidade EJA, necessita de mais professores que atuem nessa modalidade de ensino, professores capacitados, que busquem aperfeiçoamento na área em que atuam, mas também as escolas devem oferecer para esses professores, formação continuada, apesar de constar no Projeto Político Pedagógico (PPP), das instituições pesquisadas, que os professores participam de formação continuada, isso não é o que revela as entrevistas com os educadores que afirmam não receber nenhum tipo de formação, isso deve ser mudado para que aconteça a educação de qualidade.

A seguir a Tabela 06 mostra o número e nome de escolas que ofertavam a EJA, no período de 2008 a 2012.

Tabela 06: Escolas da rede municipal que ofertavam a EJA entre os anos de 2008 a 2012

2008	2009	2010	2011	2012
EMIgnês Andreazza	EMIgnês Andreazza	EM Ramiro Noronha	EM Ramiro Noronha	EM Ramiro Noronha
EM Jardim Ivone	EM Jardim Ivone	EM Rural Osvaldo de A. Matos	EM Rural Osvaldo de A. Matos	EM Rural Osvaldo de A. Matos
EM.João C.P.Marquês	E.M.João C. P. Marquês			
EMConceição Capiberibe Saldanha	EM.Conceição Capiberibe Saldanha			
EM Ramiro Noronha	EM Ramiro Noronha			
EM São João	EM São João			



Municipal	03	01	03	01	---	---	08

**Fonte: Elaboração da acadêmica com base em pesquisa na escola (2012).**

Observam-se na tabela 08, que as turmas da modalidade, Educação de Jovens e Adultos (EJA), são poucas, apenas 08. Indaga-se sobre os alunos que frequentavam nos anos anteriores a 2012. Pararam no meio do caminho? Percebeu-se até aqui a diminuição no quantitativo de escolas que oferecem EJA de forma acentuada, fato que deve afetar também na atuação dos professores.

Tabela 09: Número de Professores que atuam na EJA – 2008 á 2012 – rede municipal de ensino Ponta Porã/MS

Rede	Ano	Ensino Fundamental Fase Inicial		Ensino Fundamental Fase Final		Ensino Médio		TOTAL
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
Municipal	2008	03	----	07	----	---	---	11
Municipal	2009	02	----	05	----	---	---	08
Municipal	2010	02	----	07	----	---	---	11
Municipal	2011	03	----	07	----	---	---	13
Municipal	2012	03	02	08	03	---	---	16

**Fonte: Elaboração da acadêmica com base em pesquisa na escola (2012)**

A tabela 09 mostra que de 2008 para 2012 houve leve crescimento no número de professores atuando na modalidade EJA, em especial no ano de 2012, fato que deve ser atribuído ao aumento no número de turmas nas duas escolas que oferecem EJA, pois reduziu a duas escolas a oferta nos anos de 2010 a 2012.

Tabela 10: Número de professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos, conforme formação – Ponta Porã/MS/2012

Rede	Ensino Fundamental Fase Inicial	Ensino Fundamental Fase Final	Ensino Médio

	Pós Grad.	Grad		EM		Pós Grad	Grad		EM		Pós Grad	Grad.		EM	
		Com licenciatura	Sem licenciatura	Com magistério	Sem magistério		Com licenciatura	Sem licenciatura	Com magistério	Sem magistério		Com licenciatura	Sem licenciatura	Com magistério	Sem magistério
Municipal	07	09	03	10	07	07	08	03	05	09	14	---	---	---	---

**Fonte: Elaboração da acadêmica com base em pesquisa na escola (2012)**

Pós Grad – professores com pós-graduação / Grad – professores com graduação / EM – professores com Ensino Médio

A tabela 10 mostra que os professores da EJA são educadores que possuem formação superior, alguns com pós-graduação, o que é muito importante para um profissional da área, mas, conforme as entrevistas da pesquisadora, nenhum é formado em pedagogia o curso que atualmente forma professores para ministrar aulas na Educação de Jovens e Adultos. Outro fato verificado nas entrevistas é que são poucos os educadores que participam de formação continuada para essa modalidade de ensino. Não há iniciativa das escolas em favorecer a formação continuada.

Apresenta-se a seguir na subseção 1.4, o caminho metodológico adotado neste estudo.

### **3.30 caminho percorrido na pesquisa.**

A metodologia utilizada na presente pesquisa monográfica obedeceu às normas vigentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para tanto a pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da abordagem qualitativa, procedendo-se a técnica do Estudo de Caso. A coleta de dados foi realizada em três etapas principais: Análise documental, observações e entrevistas. Utilizou-se como referencia prioritários os estudos de Lüdke e André (1983), embasando-se no livro: Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.

Uma pesquisa para ser qualitativa, segundo Lüdke e André (1983, p.11) tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal

instrumento, ela supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada. Esses estudos também são conhecidos como naturalísticos, portanto, para os autores todo estudo qualitativo é também naturalístico.

Os dados coletados nessa pesquisa, conforme, Bogdan e Biklen (1982 p. 12), devem ser descritivos, ou seja, são ricas em descrições de pessoas, situações acontecimentos; inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias e extratos de vários tipos de documentos. A pesquisa qualitativa ou naturalística segundo, Bogdan e Biklen (1982 p. 13), envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes.

O estudo de caso ele é um caso, e deve ser simples e específico, conforme Bogdan e Biklen:

O caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular. O caso se destaca por se constituir numa unidade dentro de um sistema mais amplo. (BOGDAN e BIKLEN, 1982 p. 17, In: LÜDKE e ANDRÈ).

O pesquisador deve estar interessado no assunto, sentir uma curiosidade no caso que será estudado, buscar o que ele tem de único, de particular, tem um interesse próprio, singular, quando se quer buscar algo novo, que tenha valor em si mesmo, deve-se escolher o estudo de caso.

No caso desta pesquisa, buscou-se contemplar a especificidade da EJA, no que se refere ao perfil dos professores e neste estudo particularizou-se a rede municipal de ensino de Ponta Porã, destacando-se as duas escolas que oferecem essa modalidade de ensino.

Utilizou-se neste estudo a análise de documentos, em referência na subseção 1.3.1. Na visão de Lüdke e André, (1982, p.38), a análise documental é uma busca para identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse, nessa análise documental foram avaliadas o Projeto Político Pedagógico (PPP), de ambas as escolas e o Regimento escolar.

Para os autores, é de suma importância avaliar os documentos das escolas pesquisadas, pois, eles são fonte estável e rica de informações das instituições. Ao passar do tempo os documentos podem ser consultados várias vezes, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos.

Para um maior resultado é preciso também realizar observações, que segundo Lüdke e André (1982, p. 25), para que se torne um instrumento válido e autêntico de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e ordenada, assim implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador, nesse trabalho de Conclusão de Curso, foram realizadas duas observações de reuniões pedagógicas.

As entrevistas, ainda nas palavras de Lüdke e André (1983, p. 33), ela representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados, nas entrevistas acontece a interação entre o pesquisador e o entrevistado, que discorre sobre o assunto de forma natural, com base nas informações que ele detém e que no fundo são a verdadeira razão da entrevista. A entrevista pode permitir o aprofundamento de pontos levantados por outra técnica de coleta de alcance mais superficial, como o questionário, ela permite correções, esclarecimentos e adaptações que as tornem sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas.

Portanto, foram aplicadas 15 (quinze), entrevistas. Para nominar os entrevistados atribui-se a denominação, professor 01 (um), 02 (dois), 03 (três), para diferenciá-la das respostas e dados levantados.

### **3.4 Análise das entrevistas com os professores, coordenadores e alunos, da EJA.**

Nesta subseção foram realizadas entrevistas com 15 (quinze), professores que atuam na sala de aula de Educação de Jovens e Adultos no ano de 2012, as respostas foram transcritas pela pesquisadora.

Em relação à formação acadêmica dos professores, 100% possui formação superior, entretanto nenhum deles possui formação específica em Educação de

Jovens e Adultos. Dos 15 (quinze), entrevistados, 08 (oito), possui mais de 16 (dezesesseis) anos em educação e 07 (sete) apenas 06 (seis) em educação. Importante ressaltar que nenhum dos professores apresentou algum tipo de formação específica para atuar na educação de jovens e adultos.

Em relação à atuação em sala da EJA, 100% dos professores, estão nessa modalidade para completar carga horária ou por que a direção da escola colocou nessa área, sem nenhuma formação específica ou curso para a EJA. De todos os professores entrevistados nenhum possui formação continuada na modalidade EJA, 100% são concursados em outras áreas e atuam na EJA, pois, no município não tem concurso específico para a EJA.

Dos 15 (quinze), entrevistados 10 (dez), consideram que os alunos da EJA aprendem de uma forma diferente, pois, os conteúdos dessa modalidade são “enxugados”, para cursar 02 (dois), anos em 01 (um), só, e que o professor dessa modalidade tem que dar só a base para os alunos, e eles já vem cansados, pessoas de idade e várias faixas etárias na mesma sala o que dificulta o trabalho, pois, cada um aprende de uma forma e 02 (dois), consideram que eles possuem a mesma oportunidade que os outros, pois, para aprender depende da pessoa, e não do professor.

Em relação ao quesito o que poderia melhorar na sala da EJA, 100% dos entrevistados consideram que o município deveria prover material que sejam baseados em ementas específicos para a EJA. Avaliam que os professores deveriam receber capacitação específica para atuar na EJA, para assim fazer um melhor trabalho com esses alunos, pois, todos os professores entrevistados não possuem essa capacitação.

Segundo os entrevistados, a metodologia que os professores utilizam é de valorizar o que o aluno trás de casa e transformar isso em material para ensino, pois, eles sentem curiosidade de aprender para o imediato, os alunos da EJA querem ver os resultados logo e os do ensino regular não. Metodologia de participação mútua, adaptando o plano de aula para a realidade em sala de aula.

Foram entrevistadas também as coordenadoras da EJA que atuam na escola Ramiro Noronha, em relação ao tempo que a escola oferece a modalidade EJA,

responderam que faz 12 (doze) anos que essa modalidade está presente na escola. As coordenadoras acompanham o planejamento semanal dos professores orientando com material didático.

A escola Ramiro Noronha, segundo a entrevistada, não oferece formação continuada, mas, a Secretaria Municipal de Educação, oferece, eles trocam ideias e sugestões, o SESI de Dourados, ficava 01 (uma) semana orientando os profissionais, dando formação a esse professor da EJA, que é muito importante, para ele conhecer o novo, para o educador enriquecer sua aula, isso é processo de educação, para EJA ele tem que ser diferenciado, os professores adora participar dessas formações.

Em relação ao quesito de como a escola oferece uma educação de qualidade para o aluno da EJA, responderam que recuperando o tempo perdido que ele esteve fora da escola e assegurando os estudos, em menos tempo. O professor trabalha para valorizando a frequência que os alunos realizam as atividades, pois os mesmos não tem tempo de fazer em casa.

Foram entrevistados também 06 (seis), alunos da EJA, em relação a como é a aula do professor, 100% dos entrevistados, acham as aulas boas, normais, eles vão à sala de tecnologia, gostam de ler os livros que os professores trazem em sala de aula.

Em relação a como você enxerga os professores, todos os entrevistados, enxergam como uma pessoa legal que tem paciência, que traz coisas diferentes para sala de aula, “as aulas não poderiam ser melhor, nós estamos aqui para aprender o que eles querem ensinar, que para nós é o suficiente”.

Dos alunos entrevistados todos, compreendem que a relação professor aluno é boa, de companheirismo, que os professores escutam o que eles falam, valorizam o que eles sabem o que eles ensinam o que eles precisam aprender.

Além da oferta da EJA nas escolas para atender a etapa do ensino fundamental, nas fases inicial e final, o município também oferece o trabalho com a alfabetização por meio da adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, realizado em parceria com o Ministério da Educação e Secretaria de Estado de Educação. Sendo

assim, realizou-se entrevistas com as coordenadoras e alfabetizadoras que atuam nesse programa.

### **3.4.1 Programa Brasil Alfabetizado**

Segundo entrevista com a coordenadora do programa em Ponta Porã, o Brasil Alfabetizado é um programa do governo federal que tem duração de 07 a 08 meses com 02h30min de aula diária, de segunda a quinta feira, funciona aqui na cidade no meio urbano na escola Municipal Marcondes Fernandes e Escola Municipal Lídio Lima. Nos períodos noturno e vespertino acontece na Associação de Bairro do Grande Marambaia e no salão Paroquial da Igreja São Francisco. No Assentamento Itamarati tem duas turmas. O programa é oferecido para pessoas que nunca estudaram e a maioria que frequenta são os idosos.

O alfabetizador, assim denominado no programa, deve ter o ensino médio completo e recebem uma bolsa auxílio.

Segundo a coordenadora, os alfabetizadores tem que fazer um teste para saber o grau de conhecimentos gerais, uma prova em Campo Grande e os alfabetizando fazem um teste após 01 mês e meio de aula, o governo manda 02 livros com atividades para serem desenvolvidas e após concluírem o programa, esses livros voltam para o governo, que avaliam o grau de conhecimento dos alfabetizando.

Ao terminarem o programa, o governo manda 02 livros para fazer outro teste para ver o grau de aprendizagem durante a inserção no programa Brasil Alfabetizado, e os melhores alunos são encaminhados para a 1ª fase da Educação de Jovens e Adultos (EJA), para dar continuidade aos estudos no ensino fundamental. A coordenadora faz o acompanhamento. Eles são cadastrados pelo Ministério da Educação (MEC).

Duas sextas-feiras, no mês, os alfabetizando se reúnem com a coordenadora do Programa Brasil Alfabetizado do município de Ponta Porã, para avaliar as dificuldades que estão encontrando e o que pode ser feito para melhorar e ajudar. A coordenadora faz visitas surpresas nas aulas.

Os alfabetizadores, vão a Campo Grande e recebem uma coletânea de textos e trabalham com os alunos.

Em relação aos alfabetizadores, foram entrevistados 05 (cinco) alfabetizadores que atuam no Programa Brasil Alfabetizado na cidade de Ponta Porã. Foram

questionados em relação à metodologia utilizada, os resultados alcançados e dificuldades encontradas para atuar com a alfabetização.

Todos os alfabetizadores utilizam a metodologia de valorizar o que os educando sabem o que eles querem aprender, que são coisas simples do dia a dia deles, sem deixar as coisas muito complicadas para que assim eles sintam-se motivados a frequentar as aulas, é uma troca de conhecimento. Buscam na internet ajuda para trabalhar com idosos, sempre levantando a autoestima dos alfabetizando. Escutar o que eles querem falar (do trabalho, da família, das brigas), ser compreensível, não cobrar faltas, incentivar, ser paciente. Os conteúdos referem-se à cidadania, feriados, porque eles acontecem, sua importância, saneamento básico, eleições, a importância de votar, escolher o candidato melhor, etc.

Todas as alfabetizadoras reconhecem o resultado do trabalho, pois, quando os alunos começam as aulas não sabem nada e quando saem já escrevem o nome, conhecem letras, querem continuar estudando na modalidade EJA. Sobre as dificuldades encontradas, 100% das entrevistadas, falam sobre a falta, as condições que ensinam os alfabetizando e do valor que recebem (muito pouco), mais que é gratificante trabalhar com idosos, pois, eles querem aprender, quando vão à aula é porque querem aprender e sempre dão o melhor de si.

Verificou-se das entrevistas com os alfabetizadores, que não há oferta de formação continuada para atuação com a alfabetização, não há exigência de formação superior ou específica e que o salário restringe-se a uma bolsa auxílio. Pergunta-se: Qual a qualidade do programa oferecido? Em que medida o alfabetizador sem formação pode contribuir para efetivamente alfabetizar? E em tão pouco tempo? Qual a medida para que os alfabetizando tenham prosseguimento nos estudos?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escolher a temática deste trabalho conclusão de Curso (TCC), inicialmente houve curiosidade em conhecer os professores que atuam na EJA, como eles trabalham? Que necessidades apresentam? Qual a formação? Participam de formação continuada específica para trabalhar na EJA? Logo se delineou vários estudos, leituras para conhecer esse campo do ensino, então se destacou como pergunta norteadora a seguinte dúvida: Qual é o perfil do professor da EJA na rede municipal de ensino? Para obter essa a resposta foi indispensável realizar várias leituras, estudos com os principais teóricos que tratam do assunto, entrevistas com os professores, analisar documentos que dão suporte para essa modalidade de ensino.

A metodologia utilizada na presente pesquisa monográfica obedeceu às normas vigentes na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para tanto a pesquisa foi desenvolvida na perspectiva da abordagem qualitativa, procedendo-se a técnica do Estudo de Caso. A coleta de dados foi realizada em três etapas principais: Análise documental, observações e entrevistas. Utilizou-se como referencia prioritários os estudos de Lüdke e André (1983), embasando-se no livro: Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.

A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas do município de Ponta Porã que oferecem a EJA, a partir da coleta de dados e análise das entrevistas, chegaram-se as seguintes conclusões: Os educadores da EJA no município de Ponta Porã que atuam nas escolas da rede municipal não recebem qualificação específica para atuar nessa modalidade de ensino, os professores lecionam na EJA, para cumprir carga horária, ou porque é uma sala de aula fácil de lecionar, por serem adultos, e não cobrarem tanto, quanto o ensino regular.

Os dados analisados neste estudo apontaram inicialmente que os educadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), não são professores formados na área, apesar do Projeto Político pedagógico (PPP), das duas escolas pesquisadas

apontarem que os educadores da EJA, recebem qualificação específica não é isso que mostra as entrevistas com os professores, que afirmam não receber nenhum tipo de formação para lecionar na EJA.

O professor dessa modalidade de ensino deve participar de alguma especialização, existem três tipos de formação continuada, a que o educador vai estudar se aperfeiçoar, a que a escola oferece para os professores, e por último a que a Secretaria de Educação oferece, é necessário que aconteça todas em uma instituição, pois a expressão “educação como direito de todos”, na Constituição Federal art. 205, tem o sentido de incluir, na Educação Básica, não somente crianças e adolescentes, mas também jovens adultos e idosos que não tiveram acesso à escolaridade. Assim sendo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto política educacional é garantia do cumprimento desses preceitos legais.

A partir das pesquisas nas duas instituições, podemos observar o decréscimo acentuado no número de escolas que ofertavam a EJA a partir do ano de 2010, de 10 (dez), reduzindo-se a apenas 02 (duas) escolas. O que mostra o descaso com a modalidade de ensino EJA, e para onde foram esses alunos? Será que todos desistiram de estudar? Isso deve afetar também na atuação dos professores.

A pesquisa aponta também que os educadores da área, possuem formação superior, alguns com pós-graduação, o que é muito importante para um profissional da área, mas, nenhum é formado em pedagogia o curso que atualmente forma professores para ministrar aulas na Educação de Jovens e Adultos. Outro fato verificado nas entrevistas é que são poucos os educadores que participam de formação continuada para essa modalidade de ensino. Não há iniciativa das escolas em favorecer a formação continuada.

Os professores da EJA, não realizam formação continuada, portanto não se aperfeiçoam para lecionar, e assim não aprendem mais, pois, acham que para a EJA não precisa, e é ao contrário como vimos na seção 02 deste trabalho, o professor da EJA é tão importante quanto os do ensino regular e, além disso, apresentam necessidades diferentes.

Foram entrevistados 15 (quinze), educadores que atuam na EJA, a partir dessa pesquisa chega-se a seguinte afirmação o professor da EJA na rede municipal de ensino na cidade de Ponta Porã, não recebe qualificação específica para atuar nessa modalidade de ensino.

Portanto, chegando-se ao término deste estudo, conclui-se que a EJA precisa ser reconhecida como uma modalidade de ensino que tem um sentido amplo, conforme Alves (2003, p. 25), em tal contexto cultural, a educação de adultos poderia deixar de ser associada ao atraso e à pobreza e passar a ser tomada como indicador do mais alto grau de desenvolvimento econômico e social.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da pedagogia: Geral e Brasil** / 3º e. São Paulo: Moderna 2006.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. São Paulo: Verus, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgada em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais n. 192 a 56/2007 e pelas emendas constitucionais de Revisão n.1 a 6/64. Brasília. Senado Federal.

BEDOYA, TEIXEIRA. **Perfil dos professores da educação de jovens e adultos** / Maria Júlia, Ricardo Roberto. ATHENA • Revista Científica de Educação, v. 10, n. 10, jan./jun. 2008.

CARDOSO, Elizete. **Concepções de educação de jovens e adultos**: módulo 4 Elizete Cardoso. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

CARDOSO, E; SILVA, J. R. da. **Manual Orientador para elaboração do Plano Municipal de Educação: Ética e cidadania são construídas com a educação**. Secretaria Municipal de Educação de Ponta Porã/MS, 2006, 82p.

ESCOLA POLO MUNICIPAL RURAL OSVALDO DE ALMEIDA MATOS. **Projeto Político Pedagógico**. 2011-2012.

ESCOLA POLO MUNICIPAL RAMIRO NORONHA. **Projeto Político Pedagógico**. 2011.

FERNANDES, Solange Jarcem. **Políticas públicas em educação de jovens e adultos**: módulo 2 / Solange Jargem Fernandes. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

GENTIL, Viviane Kanits. **EJA: Contexto histórico e desafios da formação continuada**. UNICRUZ, 2000.

HADDAD, Sérgio e DI PIERO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação, Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação. São Paulo, n.14, p.108-130, 2000. (23 páginas). Disponível em PDF: [www.redalyc.org](http://www.redalyc.org).

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública. A pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo, Brasil, 1993.

LÜDKE, MENGA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga Lüdke, Marli E.D.A. André. – São Paulo: EPU, 1986.

NEGRISOLLI, Eva Maria Katayama. **Projeto de intervenção na educação de jovens e adultos: módulo 7** / Eva Maria Katayama Negrissolli. – Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de Jovens e Adultos**. 13ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2003.

PONTA PORÃ. CARDOSO, E, SILVA, J, R. **Plano Municipal de Educação de Ponta Porã. Secretaria Municipal de Educação**. Ponta Porã, MS, 2008. 76 p.

RODRIGUES, ARISTIMUNHA. **Educação de Jovens e Adultos: Algumas questões**. 10ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2002.

SILVA, Graciele Lima. **Educação de Jovens e Adultos: O caminho percorrido por uma acadêmica do curso de pedagogia na busca do conhecimento e compreensão da política desenvolvida pelo município de Ponta Porã/MS**. 2005-2012.

## **ANEXOS**

### **Entrevista com coordenação**

- 1- Posso utilizar suas respostas como contribuição no meu Trabalho de Conclusão de Curso?
- 2- Há quantos anos a escola oferece a modalidade EJA?
- 3- A COORDENAÇÃO ORIENTA OS PROFESSORES DA EJA? DE QUE FORMA?
- 4- A escola oferece algum tipo de formação continuada para os professores da EJA?
- 5- Quais são os pontos positivos, para o aluno da EJA se ele tiver uma boa qualidade de ensino? E como a escola procura essa qualidade de ensino?

### **Entrevista com os alunos**

- 1- Posso utilizar suas respostas como contribuição para o meu trabalho de conclusão de curso?
- 2- Como é a aula dos professores?
- 3- Como você enxerga os professores?
- 4- Você acha que a aula do professor poderia ser melhor? De que forma?
- 5- Qual é a relação professor aluno?

## **Entrevista com professores da Educação De Jovens e Adultos**

- 1- Posso utilizar suas respostas como contribuição para o meu Trabalho de conclusão de Curso (TCC)?
- 2- Formação Acadêmica? Especificar o curso e a instituição?
- 3- Tempo de serviço na educação? Tempo de atuação na EJA?
- 4- Por que razão ministra aula na EJA?
- 5- Você participa de alguma formação continuada? (especificar os estudos, seminários, encontros que participou sobre a EJA, carga horária das mesmas).
- 6- Forma de ingresso na sala de aula (convocação, concurso)?
- 7- O concurso do município é específico para a EJA?
- 8- Considera que o aluno da EJA aprende de forma diferente que o aluno do ensino regular? Por quê?
- 9- Enumerar suas maiores dificuldades como professor da EJA?
- 10- Em sua opinião o que podia melhorar na organização do ensino da EJA?

11- O professor recebe qualificação específica para atuar na EJA? De que forma?

12- Qual a sua metodologia na sala da EJA?

## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

### **Escola Municipal Ramiro Noronha**

A Escola Polo Municipal Ramiro Noronha situada à Avenida Brasil, nº 839, bairro da granja, zona sul da cidade de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul. Sendo a instituição mantida pelo poder público municipal, com inscrição no CNPJ de nº 03.434.792/0001-09.

A Escola recebe recursos financeiros do PDE, PDDE (através da APM – Associação de Pais e Mestres) - organizada com uma Diretoria eleita em reunião de Pais e Mestres, com o CNPJ nº 01.997.261/0001-90, a qual foi criada no dia 29 de setembro de 1992; recebe ainda verbas do Programa Pró Educação, além de recursos provenientes pela APM, graças à realização de festas e eventos gerais, as quais deverão ser aplicadas respeitando as normas vigentes em benefícios da instituição.

Na Escola Polo Municipal Ramiro Noronha devido à grande demanda no ano letivo de 2007 tornou-se necessário implantar adequação física em outro local próximo ao prédio. Foi cedida então, em sistema de contrato de aluguel, instalação anexa à Igreja Perpétuo Socorro com 07 (sete) salas de aula, 01 (uma) sala de coordenação, banheiros, cozinha e pátio.

O sistema de ensino da Escola Polo Municipal Ramiro Noronha está organizado da seguinte forma: Educação Infantil destinada às crianças a partir de 04 e 05 (quatro e cinco) anos, Ensino Fundamental organizado em cinco anos iniciais, sendo de 1º a 5º anos e mais quatro anos finais de 6º ao 9º anos, atendendo à modalidade através do curso EJA ( Educação de Jovens e Adultos).

### **Aspectos do Projeto Político Pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Polo Municipal Ramiro Noronha tem como alicerce a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96, a Constituição Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e Conselho Nacional de Educação.

É por meio do PPP, que a escola traça com clareza as diretrizes do desenvolvimento educacional a que se propõe como metas significativas a serem perseguidas, como objetivos propostos baseados, que se pautam nos pilares da educação, traçados pelo documento da Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado em Jomtien, na Tailândia, em 1990, tendo como enfoque principal o aluno e sua real aprendizagem: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser, objetivos educacionais que ultrapassam a informação cotidiana ou o mero repasse de um conhecimento intelectual preso somente aos conteúdos das diferentes disciplinas, constantes na grade curricular dos diversos anos escolares. O ensino, segundo o PPP, deve ser relevante na formação da personalidade, na centralização do ensino e aprendizagem e no desenvolvimento de competências e habilidades que capacitem o aluno a exercer efetivamente a sua cidadania.

O PPP da escola tem uma visão abrangente e contextualizada do processo de ensino e aprendizagem propõe um ensino pautado no respeito às diversidades de gêneros, etnias, aos alunos portadores de necessidades especiais. Trata-se de uma proposta flexível que será construída ao longo do ano letivo, pautada em conhecimento, sendo os alunos estimulados pela pesquisa, pela participação e por seus interesses a fim de prepará-los sempre a novas descobertas.

Ao elaborar o projeto, a escola discutiu de forma clara, valores coletivos, delimitando prioridades, definindo os resultados esperados, e incorporando a autoavaliação ao seu trabalho, em função do conhecimento da comunidade em que atua e de sua responsabilidade para com ela.

De acordo com o PPP, da escola (2012), a proposta não é um documento formal para ser arquivado, mas antes um documento a ser seguido e cumprido mediante um processo contínuo de reflexão voltado para a prática pedagógica escolar, discutida amiúde pela equipe escolar, que propõe, acompanha, avalia e registra as ações que serão desenvolvidas a fim de serem atingidos os objetivos propostos, coletivamente delineados, de acordo com o perfil da escola pretende construir, baseado na meta e na missão propostos pelo PPP, revelando sua própria identidade.

Está estruturada com uma identificação baseada em: Apresentação, justificativa, objetivos gerais e específicos, fundamentação teórica, níveis de modalidades do ensino, ementa curricular, metodologia e avaliação da aprendizagem discente e institucional, conselho de classe e anexos.

A escola pretende, por meio desta proposta, incentivar a modificação da postura passiva do professor para uma postura ativa estimulando-o ao crescimento epistemológico e profissional na participação de programas de melhoria de desempenho da profissão como: Gestar II, Pró-letramento, roda de Leitura, Letras de Luz, Estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Estes programas buscam capacitar melhor, teoricamente, o professor, provocando uma ruptura no fazer apático e conduzindo-o a uma reflexão que abarque não só um melhor desempenho profissional quanto afetivo, cognitivo, intra e interpessoal, de tal modo que alunos, outros professores, coordenação e direção sejam também contagiados e esforços sejam somados na consecução de resoluções dos problemas educacionais em especial, na ação de problemas referentes às disciplinas, considerado críticas, nos anos iniciais dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º e 2º anos), e nos 6º e 7º anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Nessa proposta conforme o PPP (2012), de trabalho conjunto deve-se atentar também para a organização da rotina escolar, subordinadas à supervisão da direção e aos aspectos relativos às datas festivas, comemoradas na escola: Páscoa, Dia das Mães, Festa Junina, Dia dos Pais, Projeto do Folclore, Projeto do Trânsito, Soletrando, Tabelando, Projeto de Cidadania, Projeto Cultura-afro e Projeto de Incentivo à Dança, Projeto Dois Países, uma só Cultura.

Apoiados pela comunidade escolar, fortalecendo laços na hierarquia nos diferentes segmentos que envolvem a participação efetiva dos pais nas atividades desenvolvidas na escola e também fora dela, estabelecidas em calendário escolar, com datas previstas no início do ano letivo e datas marcadas posteriormente, pela comunidade, por meio de pedidos de participação da escola em eventos culturais do município e fora dele, estabelecendo laços fecundos entre a escola e a comunidade na qual esta inserida e também fora dela. Asseguram-se ainda em calendário, os Conselhos de Classes, as entregas de notas aos pais, as

reuniões de professores com coordenadores e direção, bem como as reuniões da Associação de Pais e Mestres (APM) e do Conselho Escolar, a fim de garantir o desenvolvimento das ações planejadas e cumprir com a finalidade para a qual a escola foi criada, na concretização de uma gestão transparente e consonante a participação de todos os que fazem parte desse processo educativo.

A identidade brasiguaiá acarreta para o aluno muitas vezes um preconceito, um olhar diferenciado, um sentimento cultural de inferioridade, que sendo detectado na rotina escolar, incentivou a criação do Projeto “Dois Países, uma só Cultura” e o Projeto de Cidadania.

### **Educação de Jovens e Adultos**

Conforme registro no Plano Político Pedagógico (PPP), a escola Ramiro Noronha oferece o Curso de Educação de Jovens e Adultos, visando ampliar o contingente de pessoas, com pouca escolaridade, que encontram dificuldades no mercado de trabalho para sobreviver.

Diante dessas questões a rede municipal de ensino, visa desenvolver uma política de educação para Jovens e Adultos, que venha contribuir na melhoria e qualidade social da educação, adequada à demanda real constituída, pelos jovens e adultos, que não puderam frequentar a escola na idade própria.

Conforme estatística (IBGE, 2010), o Brasil continua apresentando um grande número de analfabetos. Ponta Porã, possui 77.866 habitantes sendo 7.397 analfabetos.

A Educação de Jovens e Adultos é um campo amplo de práticas e reflexões que inevitavelmente, transbordam os limites da escolarização. Esta questão abarca processos formativos diversos, em que podem ser incluídas iniciativas, visando à qualificação profissional, ao desenvolvimento científico, a formação política e muitas outras questões culturais pautadas em outros espaços que não seja o escolar. Em razão disso, nota-se que no município de Ponta Porã há um grande número de pessoas que não tiveram acesso à escola na idade própria ou

dela evadiram-se, necessitando de novas oportunidades de escolarização, com vistas à aquisição de conhecimentos gerais básicos, desenvolvimento pessoal e profissional, que ao mesmo tempo possibilite o pleno exercício da cidadania para atuação social e afetiva.

Baseando-se nas exigências do mercado de trabalho por nível de escolarização cada vez mais elevado, faz com que a população que não teve oportunidade busque alternativas mais flexíveis, e adequadas às condições e interesses, mantendo padrões de qualidade de ensino. A busca pela ampliação do atendimento à escolarização da população jovem, adulta e idosa pelos sistemas estaduais se vincula às conquistas legais referendadas pela Constituição Federal de 1988, na qual a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica da Educação Básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na denominada idade própria.

E por último, a avaliação que parte da necessidade de explicar e compreender as causas de problemas, se esforçando para propor alternativas coletivas. Logo, a avaliação deve favorecer o desenvolvimento da capacidade discente e deve ser resultante de um processo de avaliação diagnóstica.

Segundo Libâneo (1994, p.195): “A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”. Assim, a avaliação não se resume a testes, exercícios, provas, pesquisas bibliográficas e questionários, e à atribuição de notas e conceitos. O professor deve ficar atento para que a avaliação cumpra suas verdadeiras funções: identificar dificuldades e avanços nos alunos, avaliar sua própria atuação, refletindo sobre o quanto sua prática pedagógica contribui para o rendimento escolar dos alunos, replanejar as atividades propostas e refletir a unidade entre objetivos, conteúdos e metodologia presentes nos planejamentos.

### **Objetivos gerais e específicos da EJA no PPP**

Segundo o Plano Político Pedagógico (PPP), a escola Ramiro Noronha busca, oportunizar aos educandos, inclusive aos com necessidades educacionais especiais e aos que não tiveram acesso à alfabetização e/ou escolarização em

tempo hábil, na etapa do Ensino Fundamental, para continuar aprendendo, de modo que o aluno possa ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento. Tem como objetivo também, valorizar a educação como um instrumento de humanização e de interação social, proporcionando uma educação de qualidade através de um trabalho de parceria entre pais, alunos e profissionais da educação, num processo cooperativo de formação de indivíduos plenos e aptos a construir a sua própria autonomia e cidadania, reconhecendo-se, como ser único, mas também coletivo.

Ainda conforme o PPP da escola, os objetivos específicos para essa modalidade de ensino são: Possibilitar a população jovem e adulta, analfabeta ou que não tenha completado o Ensino Fundamental, a elevação da escolaridade; realizar o acesso de jovens e adultos na escola, de modo a permitir o prosseguimento de estudos em caráter regular, tendo como referência a base nacional comum; propiciar aos jovens e adultos, a condição necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades, levando-os a uma transformação, em pessoas atuantes e participativas na sociedade; valorizar as múltiplas inteligências, dando oportunidades de o educador desenvolver suas potencialidades; desenvolver conteúdos derivados do cotidiano do educando, utilizando situações que apareçam em sala de aula, discutindo e informando através dos temas transversais; desenvolver princípios de valores e ética, propiciando o respeito mútuo e a solidariedade, dentro de um ambiente de interação; resgatar a unidade do saber e do fazer através de uma prática interdisciplinar que percorra um caminho oposto à fragmentação do conhecimento; proporcionar condições favoráveis para a construção consciente de valores cívicos e sociais; oportunizar a liberdade de expressão garantindo a autonomia com responsabilidade diante dos fatos cotidianos com sabedoria e comprometimento; tornar o educando consciente, participativo e condutor de ideias capazes de surtir um efeito prático diante do desenvolvimento sustentável.

**Plano para formação continuada do corpo docente serviço de apoio à educação da EJA**

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), da escola Ramiro Noronha, a sustentação para a formação dos professores tem embasamento no material do Projeto Parâmetros em Ação da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (MEC), que tem como propósito apoiar e incentivar o desenvolvimento profissional de professores e especialistas em educação, de forma articulada com a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais e Proposta Curricular para Jovens e Adultos.

A ideia central do projeto Parâmetros em Ação está concernente com o PPP da Escola, portanto, com a ideia metodológica indicada no projeto que visa: favorecer a leitura compartilhada, o trabalho em conjunto, a reflexão solidária, a aprendizagem em parceria de forma a garantir a permanência e o sucesso destes jovens e adultos até o final das fases do Curso. A formação tem o material organizado em módulos de estudos compostos por atividades diferenciadas que procuram levar à reflexão sobre as experiências que vêm sendo desenvolvidas nas escolas e acrescentar elementos que possam aprimorá-las. Para tanto, utiliza textos, filmes, programas em vídeo, além de ampliar o universo de conhecimento dos participantes, ajudar a elaborar propostas de trabalho com os colegas de grupo e realizá-las com seus educando.

Conforme consta no PPP da escola, a proposta do projeto inclui diferentes ações, tais como: a) Distribuição e programar, dos referenciais para a formação de professores; b) Apoio às equipes técnicas das secretarias de educação para implementação do programa de formação continuada e para orientação das unidades escolares na formulação e no desenvolvimento de seus projetos educativos; C) Realização de seminários sobre formação de professores em parceria com as universidades e outras instituições. A unidade escolar promove sessões de estudos previamente relacionados em calendário de ações contidas no Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) que desenvolve assuntos concernentes ao Curso de Educação de Jovens e Adultos. Oferecem, também, através do PDE cursos de motivação, prevenções de acidentes no ambiente de trabalho e relações interpessoais aos servidores dos serviços de apoio à educação. A Secretaria Municipal de Educação prevê em seu calendário de atividades anuais a formação continuada no início de cada semestre para professores do Curso de Educação de

Jovens e Adultos, onde esta unidade escolar participa com seus professores e coordenadores, registrando e emitindo certificados aos participantes.

### **Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida**

A Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos foi inaugurada em 31 de março do ano de 1977, no estado do Mato Grosso do Sul por Lourenberg Nunes Rocha (ex-secretário de Educação) e Aires Marques (ex-prefeito de Ponta Porã).

Com base no documento, Decreto Lei nº 2282 de 05 de março de 1980, criou-se a Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos, na vila Cabeceira do APA, sede do distrito para atender o Ensino Fundamental. Em 1999 houve conclusão da primeira turma de 8ª série do ensino Fundamental. Com a Deliberação CEE/MS nº 7310, de nove de dezembro de 2003, a escola foi credenciada para oferecer o Ensino fundamental. Em janeiro de 2004 a escola foi descentralizada e passou a ter uma direção administrativa e coordenação pedagógica. No mesmo ano a escola implantou a terceira Fase da Educação de Jovens e Adultos, como extensão da Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques.

Também em 2004 houve uma parceria com a Secretária de Educação do Estado, que firmaram acordo de implantação do segundo grau, com extensão da Escola Estadual Joaquim Murtinho, atendendo os alunos de 1º e 2º anos do Ensino Médio.

Por força do Decreto nº 5037 2006 de 04 de junho de 2006 a escola denomina-se Escola Polo Municipal Rural Osvaldo de Almeida Matos.

